

Utentes de Instituições de Solidariedade Social

Uma abordagem à Pobreza nesta população

Tânia Correia
Leonor Pereira da Costa
Verónica Policarpo

Maio de 2015

Índice

Índice de Gráficos.....	3
Índice de Tabelas.....	4
Sumário executivo.....	5
Introdução.....	9
Caracterização da Amostra	10
Nível económico.....	12
Situação económica	12
Acesso a bens e serviços	21
Redes Relacionais.....	31
Estrutura familiar	31
Relações com família e amigos	32
Entreajuda	33
Sentimento de Pobreza.....	39
Pobreza Subjetiva.....	39
Persistência da pobreza	43
Perceções das Causas da Pobreza	45
Satisfação com a Vida.....	49

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Rendimento mensal do agregado familiar (2012 e 2014).....	12
Gráfico 2 - Rendimento mensal do agregado familiar por nível de escolaridade.....	13
Gráfico 3 - No último mês, de onde veio o dinheiro que têm para viver?.....	14
Gráfico 4 - Proveniência dos rendimentos por escalão etário.....	15
Gráfico 5 - Proveniência dos rendimentos por rendimento mensal do agregado familiar	16
Gráfico 6 - Rendimento mensal do agregado familiar por tipo de trabalho desempenhado.....	16
Gráfico 7 - Num mês normal, quais são as maiores despesas do seu agregado familiar?	17
Gráfico 8 - No total, quanto gastam por mês com a casa (renda ou empréstimo da casa/ água/ luz/ gás/ telecomunicações)?.....	18
Gráfico 9 - Têm algum dos seguintes empréstimos?	18
Gráfico 10 - Existência de empréstimos por rendimento mensal do agregado familiar	19
Gráfico 11 - Perceção sobre o rendimento familiar (2012 e 2014).....	20
Gráfico 12 - Perceção sobre o rendimento familiar por rendimento mensal do agregado familiar	20
Gráfico 13 - Nos últimos 6 meses, o seu agregado familiar teve falta de alimentos ou sentiu fome, por falta de dinheiro? (2010, 2012 e 2014)	21
Gráfico 14 - O agregado familiar teve falta de alimentos ou sentiu fome, por falta de dinheiro por existência de Ajuda Alimentar	22
Gráfico 15 - Nos últimos 6 meses, esteve algum dia inteiro sem comer, por falta de dinheiro? (2010, 2012 e 2014)	23
Gráfico 16 - Tem dinheiro para ter sempre comida até ao fim do mês? (2010, 2012 e 2014)...	23
Gráfico 17 - Numa semana normal, com que frequência se consomem os seguintes alimentos em sua casa?	25
Gráfico 18 - A sua casa é.....	26
Gráfico 19 - Propriedade da habitação por rendimento mensal do agregado familiar	27
Gráfico 20 - A sua casa tem...?	27
Gráfico 21 - Essa doença/deficiência condiciona a sua família?	28
Gráfico 22 - Nos últimos 12 meses alguém do seu agregado familiar foi ao médico? por rendimento mensal do agregado familiar.....	29
Gráfico 23 - Com que frequência, nos últimos 12 meses, deixou de comprar medicamentos por não ter dinheiro? por rendimento mensal do agregado familiar	30
Gráfico 24 - Quem vive habitualmente na sua casa?.....	32
Gráfico 25 - Em momentos de dificuldade sente que a sua família está desamparada? por Com que frequência costumam conviver com restante família, amigos ou colegas de trabalho?	33
Gráfico 26 - Quando precisam, a quem costumam pedir ajuda com mais frequência?.....	34
Gráfico 27 - Quando recorrem a familiares/ amigos/ vizinhos que tipo de ajuda costumam pedir?	34
Gráfico 28 - Quando recorrem a familiares/ amigos/ vizinhos que tipo de ajuda costumam pedir? por situação profissional.....	35
Gráfico 29 - Situação profissional, escalões etários e rendimento mensal do agregado familiar por recorrer a uma instituição de solidariedade social (respostas “Sim”).....	36

Gráfico 30 - Há aproximadamente quanto tempo recebem apoio de uma instituição de solidariedade social? por situação profissional	37
Gráfico 31- Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva (2010, 2012 e 2014) ...	40
Gráfico 32 - Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva por escalão etário.....	40
Gráfico 33- Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva (respostas “Sim”) por escalão de rendimento (2010, 2012 e 2014)	41
Gráfico 34 - Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva (respostas “Sim”) por nível de escolaridade (2010, 2012 e 2014)	42
Gráfico 35 - Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva (respostas “Sim”) por nível de escolaridade (apenas indivíduos em idade ativa) (2012 e 2014)	42
Gráfico 36 - Frequências relativas do sentimento de persistência de pobreza subjetiva	44
Gráfico 37 - Frequências relativas do sentimento de persistência de pobreza subjetiva por sentimento de pobreza subjetiva atual (2010 e 2012)	44
Gráfico 38 - Frequências relativas do sentimento de persistência de pobreza subjetiva por sentimento de pobreza subjetiva atual (2014)	44
Gráfico 39 - Frequências relativas do sentimento de persistência de pobreza subjetiva por grau de escolaridade	45
Gráfico 40 - Frequências relativas das percepções das causas da pobreza	46
Gráfico 41 - Frequências relativas das percepções das causas da pobreza por persistência da pobreza.....	48
Gráfico 42 - Em relação ao que acontecia há 5 anos atrás, a sua vida hoje está:/ E como vê a sua vida daqui a 5 anos? Acha que estará:	50
Gráfico 43 - E como vê a sua vida daqui a 5 anos? Acha que estará: por Escolaridade	51

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Amostras esperadas e obtidas por instituição e inquéritos	10
Tabela 2 - Em que áreas recebem ajuda dessa instituição?	37

Sumário executivo

Obtiveram-se 1889 inquéritos válidos, provenientes de 216 instituições de solidariedade social.

Em cerca de 52% dos agregados familiares o valor auferido por mês é igual ou inferior a 400€ (25% das famílias auferem menos de 250€, 28% entre 251€ e 400€, 20% entre 401€ e 500€ e 28% mais de 500€). Estes resultados não diferem dos obtidos em 2012.

Os agregados familiares com menores rendimentos correspondem a respondentes com menos escolaridade e com agregados familiares mais pequenos. Esta caracterização é semelhante à verificada em 2010 e 2012, com exceção da variável idade que em 2014 não se mostrou significativa para esta caracterização.

Em 31% dos casos o rendimento provém do trabalho, o que não invalida a existência de outros apoios sociais a complementarem o rendimento total das famílias. Em 42% dos casos, o rendimento provém de reformas/pensões.

A casa (70%) e a alimentação (64%) são as duas maiores despesas, de acordo com os inquiridos, seguidas das despesas com a saúde (39%). Estas três principais despesas são semelhantes às encontradas em 2010 e 2012. Cerca de metade dos respondentes (50%) refere gastar, por mês, com a casa (renda da casa/ empréstimo, água, luz, gás, telecomunicações) até 250€ e cerca de ¼ gasta cerca de 251€ a 400€ mensais com a casa.

Cerca de 22% dos respondentes referiu ter pelo menos um empréstimo (eram 24% em 2012).

Cerca de 53% diz que o rendimento da família nunca é suficiente para viver e 33% que às vezes é suficiente. Apenas 14% refere que o rendimento familiar é sempre suficiente para viver. Apesar do cariz negativo das respostas, em 2014 os respondentes têm uma perceção relativa ao seu rendimento familiar mais positiva do que em 2012 (60% dizia em 2012 que o rendimento da família nunca é suficiente para viver).

Cerca de 20% diz ter tido falta de alimentos ou sentido fome alguns dias por semana, nos 6 meses prévios à inquirição, e 13% refere que tal aconteceu pelo menos um dia por semana. Em 2014, face a 2012, a situação alimentar dos utentes melhorou. Verificou-se um aumento significativo dos utentes que referem nunca ter tido fome ou falta de alimentos por falta de dinheiro nos seis meses prévios à inquirição, diminuindo a percentagem daqueles que sentiram fome ou falta de alimentos alguns dias por semana.

Constata-se uma melhoria nas condições de alimentação dos utentes das instituições de solidariedade social: 26% referiu que tinha passado um dia inteiro sem ingerir quaisquer alimentos, por falta de dinheiro; em 2012 esse valor era de 39% (cerca de 13 pontos percentuais a mais que em 2014). Em 2014, 29% dos respondentes dizem ter dinheiro para comprar comida até ao final do mês e em 2012 este valor era de 23% (no estudo mais recente, 28% dos respondentes dizem não ter dinheiro para comprar comida até ao final do mês e 43% referem que tal acontece “às vezes” (num mês).

A maioria dos indivíduos paga renda ou empréstimo pelo local onde reside: cerca de 37% vive numa casa arrendada, 15% numa habitação social com renda, 12% em habitação própria com empréstimo bancário.

Cerca de 47% dos inquiridos referiu que o próprio ou alguém do seu agregado familiar sofre de uma doença ou deficiência (48% em 2012). Na grande maioria dos casos, a existência de alguém doente ou deficiente no agregado familiar condiciona a família (apenas em cerca de 17% dos casos a doença/deficiência não condiciona a família). As duas razões mais mencionadas prendem-se com questões económicas ligadas ao estado de saúde: o impedimento em trabalhar (46%) a que a doença/deficiência conduz e as despesas que acarreta (45%).

92% dos inquiridos referiram que o próprio ou alguém do agregado familiar recorreu a um médico no último ano (prévio à inquirição). 33% disseram nunca ter deixado de comprar medicamentos por falta de dinheiro e cerca de 17% referiram tê-lo feito muitas vezes.

25% dos inquiridos convivem todos os dias com familiares/amigos/colegas de trabalho, 17% fá-lo várias vezes por semana e 10% uma vez por semana. Apenas 9% diz nunca conviver com os seus familiares/amigos/colegas. Apesar da maioria dos inquiridos referir que convive com frequência com familiares/amigos/colegas, cerca de 43% refere que, em momentos de dificuldade, sente que a sua família às vezes está desamparada e 29% sente-se assim muitas vezes. Cruzando estas duas informações, constata-se que quando a frequência de contacto diminui, aumenta o sentimento de desamparo, em momentos de dificuldade (e vice-versa).

Cerca de 65% respondeu que se sente só muitas vezes ou às vezes (72% em 2012). Quando a frequência de contacto com familiares e amigos aumenta, diminui o sentimento de solidão.

A família assume-se como a principal fonte de ajuda, com os amigos/vizinhos a apresentarem, igualmente, valores bastante significativos. Os respondentes procuram a família, amigos ou vizinhos essencialmente para ajuda alimentar ou financeira.

Em 51% dos casos, os respondentes recorrem a instituições de solidariedade social (valor idêntico ao de 2012). Tal como em 2012, quem o faz caracteriza-se por ter um nível de rendimento mensal do agregado familiar mais baixo, por ser mais velho, destacando-se o grupo dos adultos (41-65 anos), e por ser reformado ou desempregado.

Entre aqueles que procuram uma instituição de solidariedade social, cerca de 53% (59% em 2012) fá-lo há menos de 2 anos.

O apoio alimentar, seja na forma de cabazes ou refeições, é a principal área em que os inquiridos recebem ajuda (87% dos casos).

Parece haver uma ligeira melhoria das condições de vida dos indivíduos ou pelo menos da perceção que estes têm acerca daquelas. Em 2010, cerca de 72% dos inquiridos dizia sentir-se pobre, em 2012, 82% referiram-no e em 2014 aquele valor é de 79%. Através do cruzamento desta questão com o escalão etário constata-se que em todos os escalões etários, à exceção dos adultos, os respondentes sentem-se menos pobres, em relação a 2012. Mesmo no escalão dos adultos, apesar do aumento percentual em 2014 face a 2012, este não é significativo. Existem diferenças no sentimento de pobreza entre os vários escalões etários: o grupo dos idosos continua a ser aquele onde menos respondentes dizem sentir-se pobres.

Entre os indivíduos que se sentem pobres destacam-se sobretudo aqueles que têm idades inferiores aos 65 anos, com rendimentos baixos e com escolaridade abaixo do Ensino Secundário.

17% dos inquiridos referiram que nunca se sentiram pobres, 14% quase sempre não se sentiram pobres, 33% quase sempre se sentiram pobres e 35% referem que no seu passado sempre se sentiram pobres.

Entre aqueles que mencionam que sempre foram pobres, 95% dos respondentes referem que ainda se sentem pobres, enquanto que entre aqueles que referem que nunca foram pobres, apenas 48% se sentem pobres.

Relativamente às causas da situação de pobreza, 47% de respostas foram dadas atribuindo à sua pobreza razões associadas à sociedade propriamente dita. As causas sociais são as mais referidas pelos respondentes, atribuindo a pobreza a causas como o desemprego ou os baixos rendimentos. De seguida, com 38% de respostas surgem as causas fatalistas, isto é, aquelas que atribuem a pobreza ao destino, a doenças ou acidentes na vida dos indivíduos e que os penalizaram bastante. Por último, a atribuição da pobreza à culpa dos próprios pobres agrega

apenas 15% das respostas dadas. Em relação a 2012, em 2014 não se encontraram diferenças significativas nos resultados obtidos: a percentagem de respostas em cada categoria das atribuições é idêntica, assim como a ordem pela qual surgem (sociedade, fatalismo e culpa individual).

A maioria dos respondentes (55%) considera que a sua vida está pior do que estava há cinco anos atrás. Quando olham o futuro, a maioria (42%) considera que a sua vida estará igual e 30% que estará melhor. Indivíduos com avaliações mais positivas no que concerne à satisfação com a vida e à felicidade sentida correspondem a posições também mais positivas no balanço que fazem das suas vidas, quer a atual quando comparada com a de há cinco anos quer com aquela que perspetivam ter daqui a cinco anos.

Introdução

Esta é já a terceira edição de um projeto que teve início em 2010, com um estudo de carácter mais exploratório e que em 2012 viu sedimentar um conjunto de questões que permitiram recolher de uma forma sistemática informação relativa aos utentes das instituições de solidariedade social. A presente edição reveste-se de algumas diferenças face às anteriores, não perdendo de vista o objetivo central de conhecer e caracterizar esta população. O inquérito foi novamente revisto, tendo em consideração não só os resultados obtidos nas duas edições anteriores, como também entrevistas realizadas a participantes na segunda edição deste projeto, o que permitiu, com base no seu discurso, adaptar o instrumento de recolha de informação à realidade desta população. Desta forma, espera-se poder efetuar uma caracterização mais abrangente dos utentes das instituições de solidariedade social, tocando áreas tão diversas como a situação económica do agregado familiar e formas de lidar com a falta de recursos, a alimentação, as redes relacionais, a saúde, as condições de habitação ou o sentimento de pobreza.

O presente relatório apresentará os resultados recolhidos em 2014/2015 e procurará, sempre que se justifique, tecer comparações com os resultados obtidos em 2012 e 2010. Apesar da comparação entre os períodos estar limitada, devido a, por um lado, diferentes procedimentos amostrais e, por outro, a alterações nas formulações das questões, julgou-se pertinente chamar sempre que possível a este relatório os resultados obtidos no passado. Desta forma, esperam-se poder encontrar sinais de rutura ou continuidade relativamente aos temas abordados. Para promover esta lógica de comparabilidade, optou-se por adotar a mesma estrutura de apresentação dos resultados.

Este estudo foi conduzido pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião (CESOP) da Universidade Católica Portuguesa em parceria com o Banco Alimentar e a Entrajuda. A equipa do CESOP é constituída por Verónica Policarpo, Leonor Pereira da Costa e Tânia Correia, com a colaboração de Teresa Líbano Monteiro e Vanda Ramalho.

Caracterização da Amostra

A construção da amostra seguiu a metodologia aplicada em 2012. A amostra foi desenhada tendo por base o número de utentes por instituição e teve em consideração os seguintes critérios: foram excluídas instituições com menos de 20 utentes; e não foram incluídos utentes institucionalizados e menores de idade. Assim, foi determinado o número de utentes em cada NUT II, sendo o número de utentes na amostra proporcional ao número de utentes na respetiva NUTII, para um total de 3000 inquéritos. Foi calculada uma sobreamostragem de 10%, o que equivalerá a uma amostra final de 3300 utentes. Por motivos de logística das instituições, foi determinado que apenas se aplicariam 10 inquéritos em cada instituição. Deste modo, nas regiões NUT com maior número de utentes, haverá a seleção de um maior número de instituições. Estas foram selecionadas de forma aleatória entre o conjunto de todas as instituições que constam na base de dados do Banco Alimentar/Entrajuda que cumprissem as características acima descritas. No quadro seguinte pode verificar-se o número esperado de instituições respondentes por cada região NUT II e o número final, bem como o número total de inquéritos esperados e os realizados.

Tabela 1 - Amostras esperadas e obtidas por instituição e inquéritos

Região NUT II	Instituições				Inquéritos			
	Total esperado		Obtidas		Total esperado		Obtidos	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Norte	88	27%	53	25%	882	27%	473	25%
Centro	70	21%	49	23%	695	21%	412	22%
Lisboa	121	37%	75	35%	1207	37%	646	34%
Alentejo	29	9%	19	9%	289	9%	170	9%
Algarve	14	4%	12	6%	139	4%	115	6%
Açores	8	2%	7	3%	80	2%	63	3%
Madeira	1	0,3%	1	0,5%	9	0,3%	10	1%
Total	331	100%	216	100%	3301	100%	1889	100%

Das 331 instituições para as quais foram enviados inquéritos, apenas 216 os devolveram. A amostra obtida é constituída por 1889 inquéritos válidos, a que corresponde um erro de 2.3%,

para um nível de confiança de 95%.¹ Olhando para os valores relativos presentes na tabela, verifica-se não existir diferenças significativas entre as amostras esperadas e as amostras obtidas.

Em traços gerais, pode caracterizar-se os respondentes do seguinte modo:

- 73% são do sexo feminino;
- a idade média situa-se nos 53 anos (mediana = 50) (8% tem entre 18 e 30 anos; 21% entre 31 e 40 anos; 47% entre 41 e 65 anos e 25% 66 ou mais anos);
- 95% têm nacionalidade portuguesa;
- 43% vivem em situação de conjugalidade (32% casados e 11% vivem juntos), 21% são solteiros, 4% são casados mas separados; 15% são divorciados e 17% são viúvos;
- 54% possuem, no máximo, o 4º ano do 1º ciclo do Ensino Básico; 16% atingiram o 2º ciclo e 17% o 3º ciclo do Ensino Básico, 13% tem o ensino secundário ou superior;
- 38% estão desempregados e 29% reformados (dentro deste grupo incluem-se indivíduos com idades inferiores a 65 anos o que poderá significar estarem aqui incluídos casos de indivíduos reformados por invalidez); apenas 18% afirmam ter um trabalho, a tempo inteiro (14%) ou parcial (5%); cerca de 6% dizem trabalhar às vezes ou fazer biscates;
- entre os que afirmaram estar desempregados (ou em outras situações que poderão ser indiciadoras de desemprego, como fazer biscates, reformado, etc.), cerca de 73% dizem estar nessa situação há mais de 2 anos, 14% entre 1 e 2 anos, 9% entre 3 meses e 1 ano e 4% há menos de 3 meses;
- 66% afirmam existir uma ou duas pessoas desempregadas no seu agregado familiar;
- no total de desempregados, 13% tem entre 18 e 30 anos, 27% tem entre 31 e 40 anos e 59% tem entre 41 e 65 anos (para todos os escalões etários, o desemprego é a situação perante a profissão que agrega mais respostas²);
- em média, os agregados domésticos são constituídos por 3 pessoas.

¹ De acordo com a metodologia estipulada, a 216 instituições deveriam corresponder cerca de 2160 inquéritos; o desfasamento entre este valor e o obtido (1889) deve-se ao facto de nem todas as instituições devolverem os 10 inquéritos esperados.

² Entre os indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e 30 anos 62% estão desempregados; para aqueles entre os 31 e 40 anos, 48% encontram-se desempregados e no total de indivíduos com idades entre os 41 e os 65 anos 47% estão desempregados.

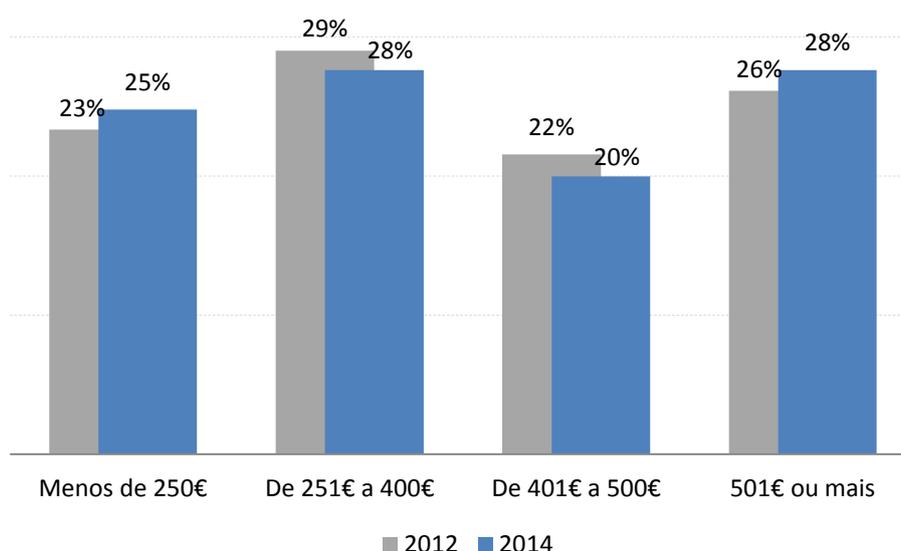
Nível económico

Este capítulo irá debruçar-se sobre as condições socio-económicas dos indivíduos que recorrem a instituições de solidariedade social, nomeadamente, sobre a sua situação económica e o acesso a um conjunto de bens e serviços. Abordar-se-ão questões como o rendimento auferido, a sua proveniência, despesas do agregado familiar, o acesso a bens e serviços como a alimentação, a habitação e a saúde. O enfoque encontra-se, pois, numa perspetiva mais económica, interessando abordar as situações de privação do ponto de vista da carência económica.

Situação económica

O nível de rendimento é a variável que, de uma forma mais direta, permite conhecer a situação económica dos respondentes e das suas famílias. Assim, foi perguntado, relativamente ao último mês prévio à inquirição, quanto dinheiro é que a família do respondente recebeu, no total. No gráfico pode observar-se a distribuição de rendimentos (já depois da transformação da variável³) em 2012 e em 2014.

Gráfico 1 - Rendimento mensal do agregado familiar (2012 e 2014)

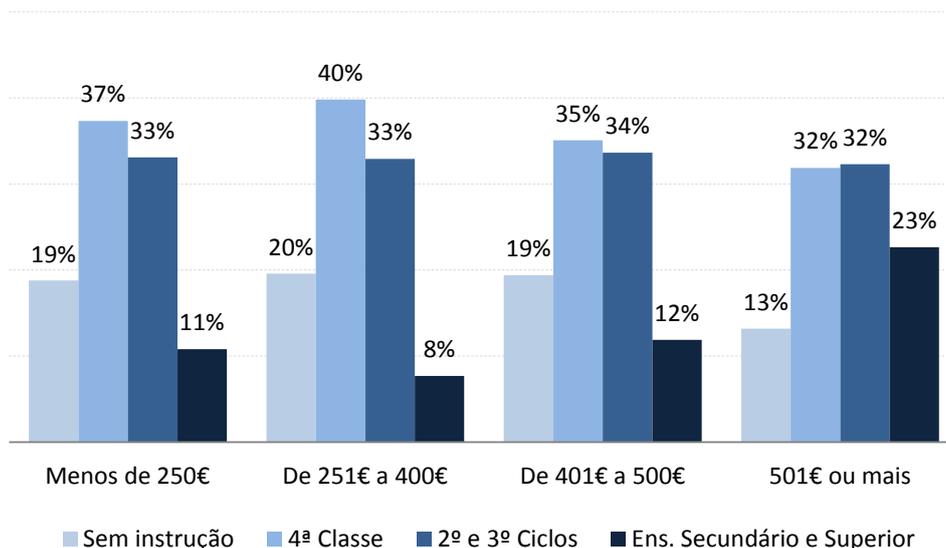


³ A variável foi recodificada de acordo com as categorias utilizadas no estudo de 2010, de modo a possibilitar comparações mais diretas. As respostas originais à pergunta foram: nenhum dinheiro - 5%; até 250€ - 19%; de 251€ a 400€ - 28%; de 401€ a 500€ - 20%; de 501€ a 750€ - 18%; de 751€ a 1000€ - 6%; de 1001€ a 1500€ - 2%; mais de 1500€ - 1%.

Como se pode verificar, os resultados não variam muito entre os dois anos. Quer em 2012 quer em 2014, em cerca de 52% dos agregados familiares o valor auferido por mês é igual ou inferior a 400€. Apenas 28% dos respondentes (em 2014) disseram que a família auferem um rendimento mensal superior a 500€⁴. Visto as situações de carência económica estarem frequentemente relacionadas com características socio-demográficas dos indivíduos, tal como nas edições anteriores, importa relacionar estes resultados com a idade, a escolaridade e a dimensão dos agregados familiares dos respondentes. Assim, verifica-se que os agregados familiares com menores rendimentos correspondem a respondentes com menos escolaridade ($r_s = 0.119$; $p < 0.001$) e com agregados familiares mais pequenos ($r = 0.254$; $p < 0.001$), resultados semelhantes aos encontrados em 2010 e 2012⁵.

No que respeita à escolaridade, temos verificado que graus mais baixos encontram-se associados a menores rendimentos, o que é válido igualmente para o presente estudo. Nos três níveis mais baixos de rendimento, mais de 50% dos respondentes possuem apenas até à 4ª Classe. Apenas no escalão mais elevado de rendimento (501€ ou mais) se verifica uma maior percentagem de indivíduos com o Ensino Secundário e Superior.

Gráfico 2 - Rendimento mensal do agregado familiar por nível de escolaridade



Quanto à dimensão do agregado familiar, apesar de se verificar uma associação entre rendimentos mais altos e agregados maiores, tendo em conta as características da amostra e os resultados encontrados, cremos tratar-se de uma imprecisão. Os rendimentos são mais

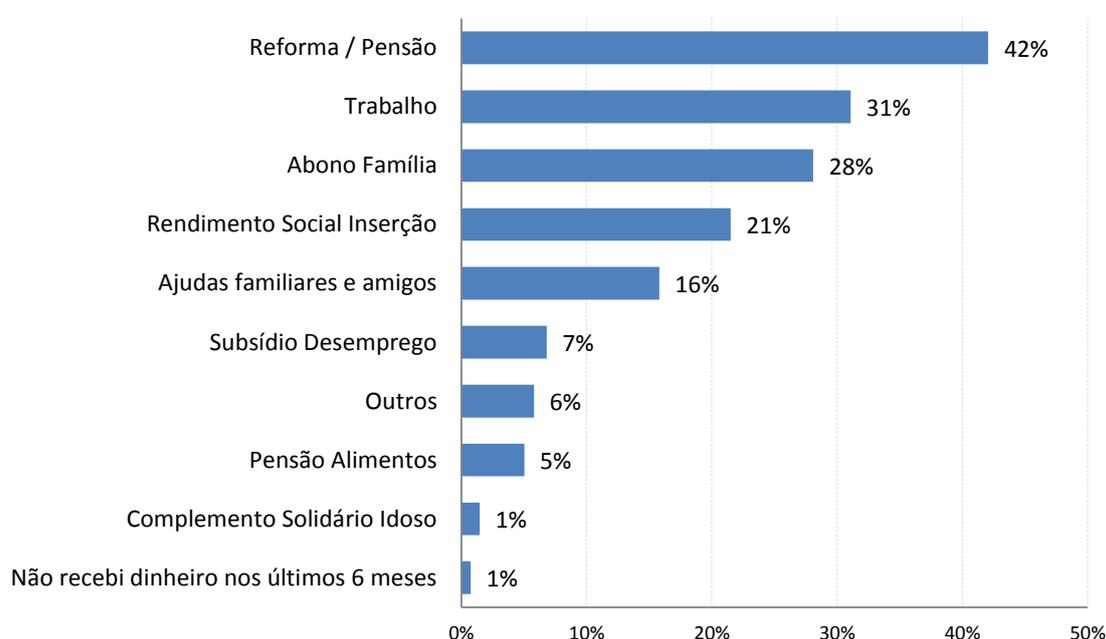
⁴ Estes resultados não diferem dos obtidos em 2012.

⁵ Ao contrário do que aconteceu nas edições de 2010 e 2012, a variável idade não se encontra relacionada com o rendimento auferido pelas famílias.

altos nos agregados maiores, porque possivelmente existirão mais fontes de rendimento. Contudo, esse mesmo rendimento terá de ser dividido por mais indivíduos o que faz decrescer o valor do rendimento *per capita*.

A proveniência dos rendimentos é outra variável central para compreender a situação económica dos respondentes. A grupos desfavorecidos encontram-se, muitas vezes, associados rendimentos provenientes de reformas/pensões ou outros subsídios. De facto, somente em 31% dos casos o rendimento provém do trabalho, o que não invalida a existência de outros apoios sociais a complementarem o rendimento total das famílias.

Gráfico 3 - No último mês, de onde veio o dinheiro que têm para viver?



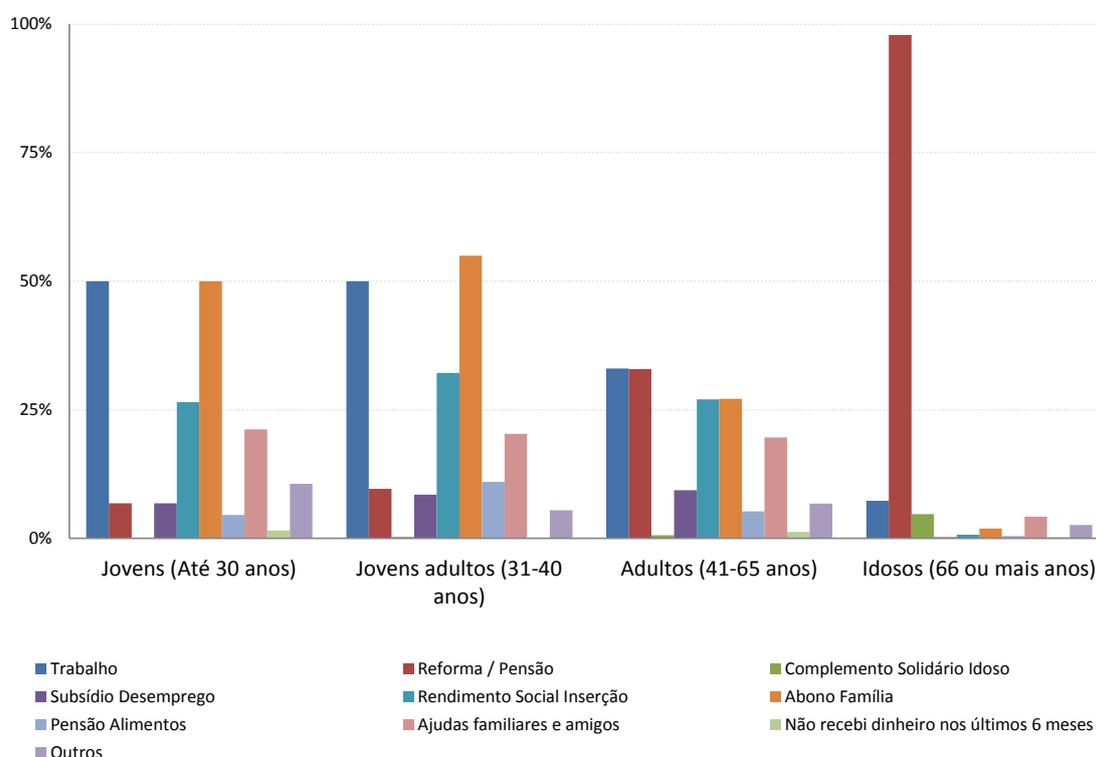
Tal como acontecia em 2010 e 2012, verifica-se existir uma dependência de subsídios sociais de diversos tipos.

Tendo em consideração que 38% dos inquiridos encontram-se desempregados é curioso verificar o valor percentual baixo relativo a rendimentos provenientes de subsídio de desemprego. Tal, avançamos com a hipótese, poderá indicar situações de desemprego de longa duração em que o subsídio já tenha terminado, principalmente se pensarmos que entre os desempregos (ou situações disso indiciadoras) cerca de 73% está nessa situação há mais de dois anos.

No caso dos idosos, os seus rendimentos provêm sobretudo de reformas ou pensões (98%). Mas, relativamente aos outros escalões etários existe uma grande variedade de proveniência

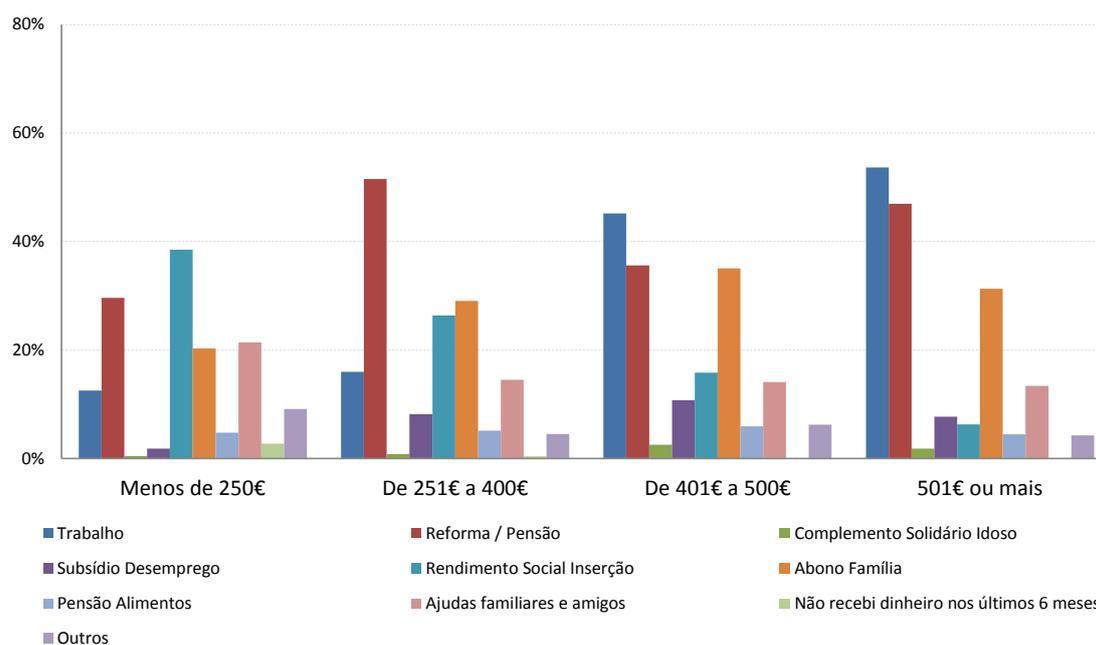
de rendimentos, por agregado familiar. Assim, a par do trabalho coexistem outras fontes de rendimento que poderão ser entendidas se atendermos ao facto dos respondentes mais jovens pertencerem a agregados familiares com mais indivíduos ($r = -0.448$; $p < 0.001$) o que faz diversificar e aumentar as fontes de rendimento, ao passo que as pessoas idosas tendem a viver sozinhas e, como tal, a estarem dependentes sobretudo da reforma/pensão. Como em 2012, até aos 40 anos o rendimento proveniente do trabalho e do abono de família é o mais significativo, o que poderá ser entendido, tendo em conta o ciclo de vida dos respondentes e dos respetivos agregados.

Gráfico 4 - Proveniência dos rendimentos por escalão etário



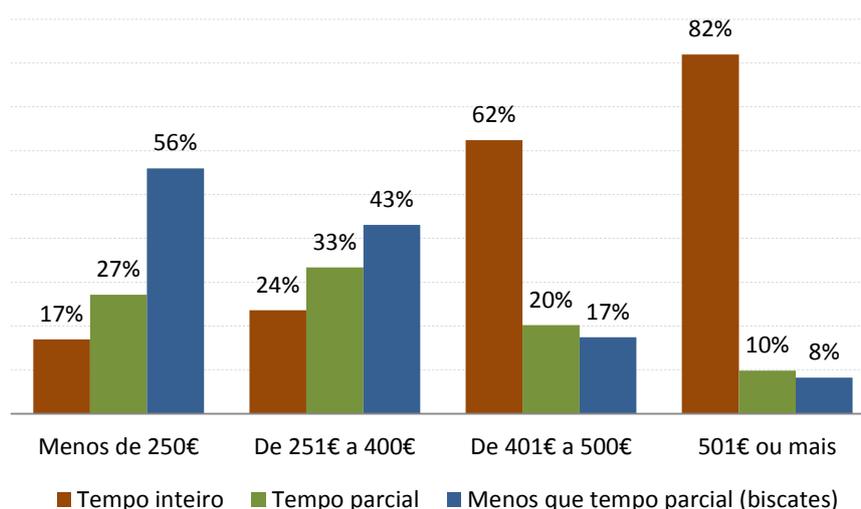
Ao analisar a proveniência do rendimento do agregado familiar de acordo com os valores envolvidos, verifica-se que nos dois escalões de rendimento mais altos (a partir de 401€) os rendimentos provêm sobretudo do trabalho e do abono de família. Já nos escalões de rendimento mais baixos, os subsídios sociais assumem um maior relevo, destacando-se o RSI. Quanto às reformas/pensões, estas têm uma presença mais ou menos constante em todos os escalões de rendimento.

Gráfico 5 - Proveniência dos rendimentos por rendimento mensal do agregado familiar



Entre os respondentes que mencionaram ter algum tipo de atividade profissional, constata-se, à semelhança do verificado em edições anteriores, que nos escalões de rendimento mais elevados (superiores a 401€) existe um maior predomínio de indivíduos a trabalhar a tempo inteiro; nos escalões mais baixos, o trabalho a menos que o tempo parcial, os biscates, é o mais frequente. Assim, tal como acontecia em 2010 e 2012, as situações mais precárias de emprego correspondem a níveis mais baixos de rendimento⁶.

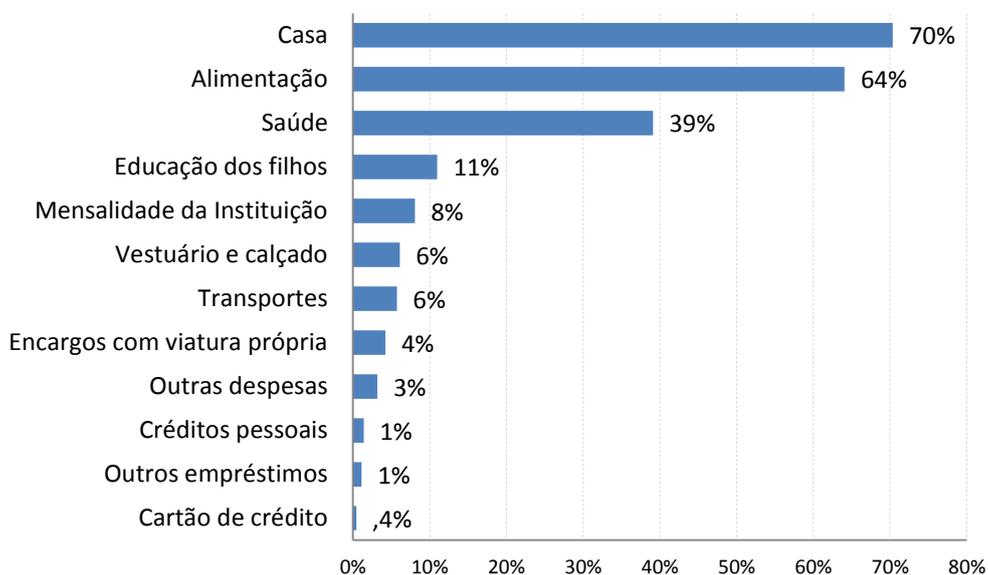
Gráfico 6 - Rendimento mensal do agregado familiar por tipo de trabalho desempenhado



⁶ A questão relativa ao rendimento destina-se a aferir sobre o rendimento do agregado familiar, enquanto que a questão relativa à situação profissional diz respeito apenas ao respondente. Contudo, considerou-se pertinente efetuar este cruzamento, pois permite perceber a relação entre o tipo de atividade e o rendimento.

A situação económica dos utentes pode ainda ser aferida tendo em consideração quais as maiores despesas dos agregados familiares e como estas se caracterizam.

Gráfico 7 - Num mês normal, quais são as maiores despesas do seu agregado familiar?



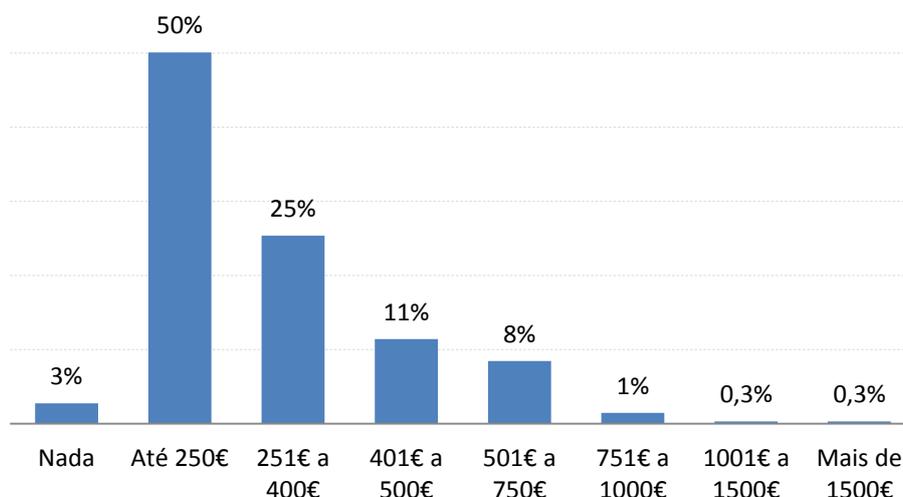
À semelhança dos estudos de 2010 e 2012, as despesas com a casa (70%), a alimentação (64%) e a saúde (39%) destacam-se uma vez mais como aquelas onde o agregado familiar despender mais dinheiro. Tratam-se de despesas com bens essenciais, cuja ausência poderá colocar em causa o bem-estar dos inquiridos e das suas famílias. Na presente edição foram introduzidas algumas despesas relacionadas com créditos e viatura própria que não vieram alterar de forma significativa a ordenação relativa das diferentes despesas face a 2012⁷.

As despesas com a casa foram referidas como aquelas que mais pesam no orçamento familiar, interessa agora quantificar esse custo mensal. Assim, cerca de metade dos respondentes (50%) refere gastar, por mês, com a casa (renda da casa/ empréstimo, água, luz, gás, telecomunicações) até 250€ e cerca de ¼ gasta cerca de 251€ a 400€ mensais com a casa. Estes valores podem ser melhor entendidos quando se tem em consideração o rendimento disponível das famílias, por mês, analisado anteriormente: à medida que aumenta o rendimento disponível aumentam as despesas com a casa ($r_s = 0.410$; $p < 0.001$ ⁸).

⁷ Em 2012, os resultados foram os seguintes: casa - 69%; alimentação - 66%; saúde - 39%; educação dos filhos - 11%; mensalidade da instituição - 11%; transportes - 7%; vestuário e calçado - 4%; outros empréstimos - 3%; outras despesas - 2%.

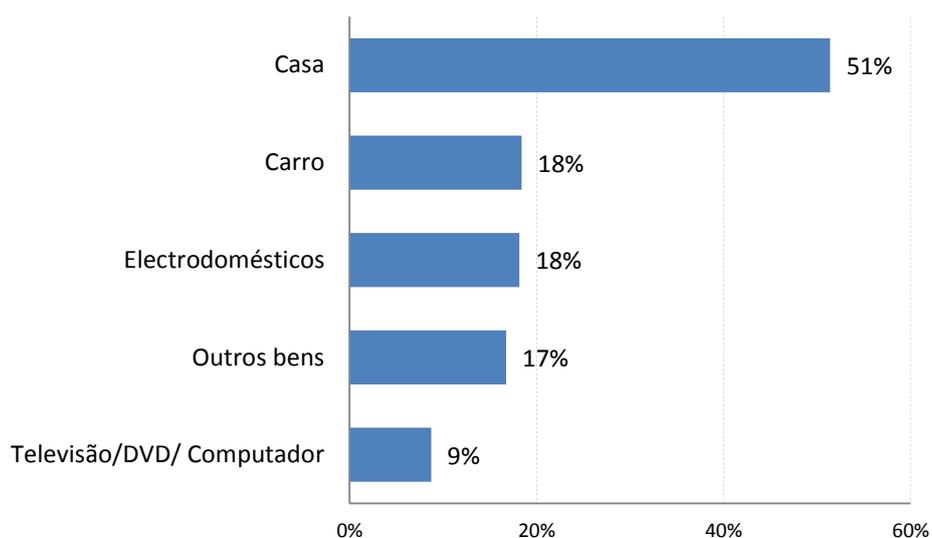
⁸ Estes resultados são idênticos aos encontrados em 2012.

Gráfico 8 - No total, quanto gastam por mês com a casa (renda ou empréstimo da casa/ água/ luz/ gás/ telecomunicações)?



A existência ou não de empréstimos poderá condicionar fortemente o orçamento destas famílias. Cerca de 22% dos respondentes referiu ter pelo menos um empréstimo (eram 24% em 2012). Destes, 41% conseguem pagar sempre as mensalidades dos empréstimos, 52% pagam-nas às vezes e 7% nunca as conseguem pagar. Face a 2012, o grau de cumprimento do pagamento das mensalidades dos empréstimos melhorou: em 2012, 35% conseguiam pagar sempre, 55% pagavam-nas às vezes e 10% nunca as pagavam. O empréstimo com a casa assume-se como o mais frequente⁹.

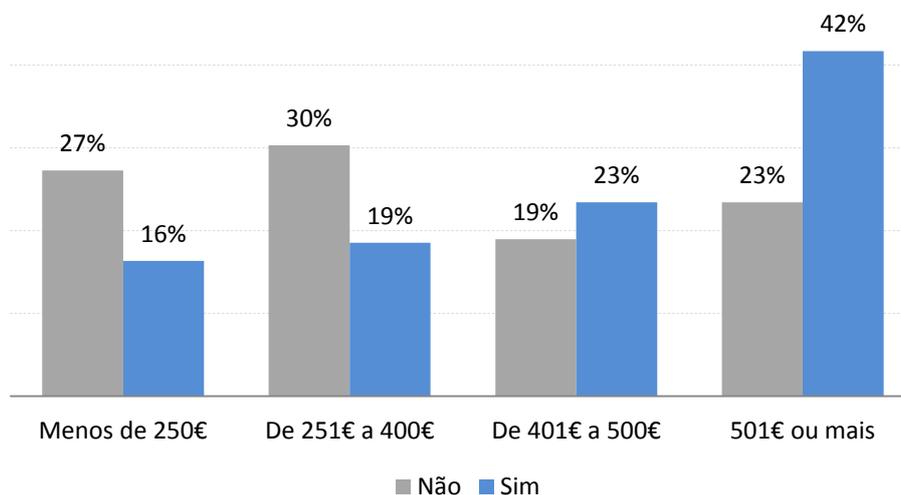
Gráfico 9 - Têm algum dos seguintes empréstimos?



⁹ Os inquiridos podiam assinalar todos os empréstimos que tivessem. Percentagens calculadas, tendo em consideração o total de inquiridos que mencionaram ter, pelo menos, um empréstimo: 424.

O rendimento das famílias é uma variável significativa quando se analisa a existência (ou não) de empréstimos. Consta-se que a percentagem de respondentes que contraíram um ou mais empréstimos é superior nos grupos em que o rendimento disponível é também mais elevado. ($\chi^2 = 72.480$; $p < 0.001$).

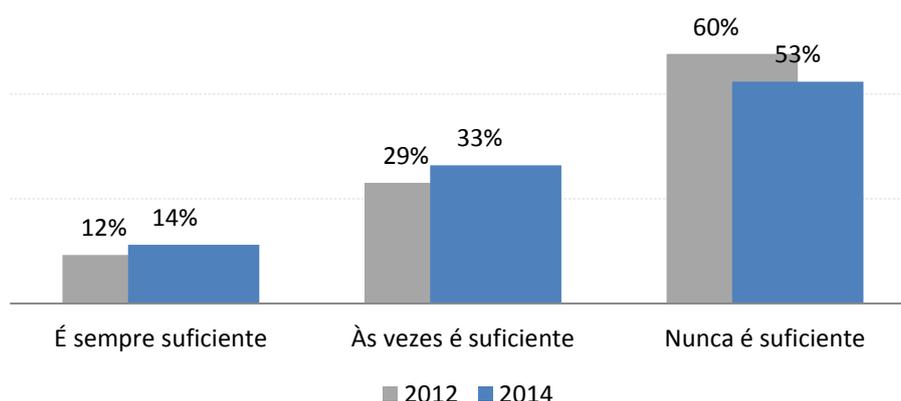
Gráfico 10 - Existência de empréstimos por rendimento mensal do agregado familiar



Do mesmo modo, e tal como acontecia no último estudo, verifica-se existir uma relação em sentido direto entre o rendimento disponível por mês e o número de empréstimos contraídos, ou seja, com o aumento do rendimento disponível nos agregados familiares, aumenta o número de empréstimos realizados ($r_s = 0.198$; $p < 0.000$).

Numa última questão relativa à situação económica dos respondentes era-lhes pedido que avaliassem em que medida o rendimento da sua família era suficiente para viver, tratando-se, portanto, de uma perceção em relação ao seu próprio rendimento, uma medida mais subjetiva da sua situação económica. No geral, as respostas são negativas: cerca de 53% diz que o rendimento da família nunca é suficiente para viver e 33% que às vezes é suficiente. Apenas 14% refere que o rendimento familiar é sempre suficiente para viver. No gráfico seguinte podem observar-se as respostas a esta questão para os estudos de 2012 e 2014.

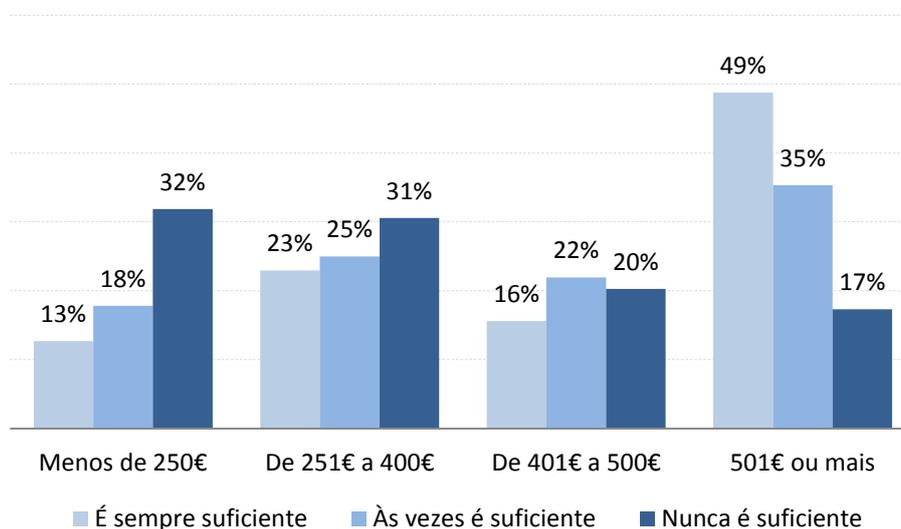
Gráfico 11 - Perceção sobre o rendimento familiar (2012 e 2014)



Apesar do cariz negativo das respostas, não se pode deixar de constatar que em 2014 os respondentes têm uma perceção relativa ao seu rendimento familiar mais positiva do que em 2012. Tal é bastante interessante se se tiver em consideração que o rendimento mensal disponível não sofreu grandes alterações entre estes dois anos¹⁰.

O rendimento mensal dos agregados familiares influencia bastante aquela perceção: à medida que diminui o escalão de rendimento, diminui a perceção do rendimento ser sempre suficiente para a família viver ($r_s = -0.268$; $p < 0.001$).

Gráfico 12 - Perceção sobre o rendimento familiar por rendimento mensal do agregado familiar



¹⁰ As médias obtidas para esta questão são iguais para 2012 e 2014.

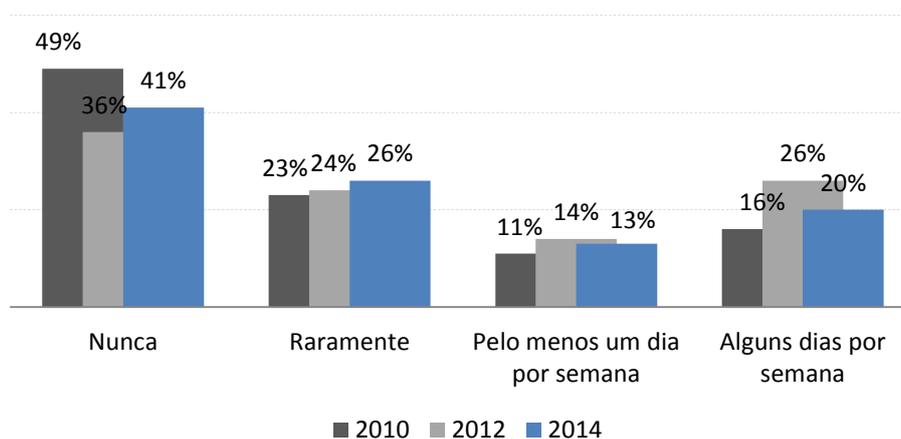
Acesso a bens e serviços

Alimentação

Neste ponto irão ser abordadas algumas questões relativas ao acesso a um conjunto de bens e serviços. O questionário apresenta algumas questões que pretendem aferir acerca da falta de alimentos nos agregados familiares dos respondentes. Nas três edições deste projeto, as despesas com a alimentação são referidas pelos inquiridos como uma das maiores despesas do agregado familiar. Em 2014, cerca de 20% diz ter tido falta de alimentos ou sentido fome alguns dias por semana, nos 6 meses prévios à inquirição, e 13% refere que tal aconteceu pelo menos um dia por semana.

Analisando os dados dos três estudos, em 2014, face a 2012, a situação alimentar dos utentes melhorou. Verificou-se um aumento significativo dos utentes que referem nunca ter tido fome ou falta de alimentos por falta de dinheiro nos seis meses prévios à inquirição, diminuindo a percentagem daqueles que sentiram fome ou falta de alimentos alguns dias por semana. Estes valores não alcançam contudo os obtidos em 2010¹¹.

Gráfico 13 - Nos últimos 6 meses, o seu agregado familiar teve falta de alimentos ou sentiu fome, por falta de dinheiro? (2010, 2012 e 2014)

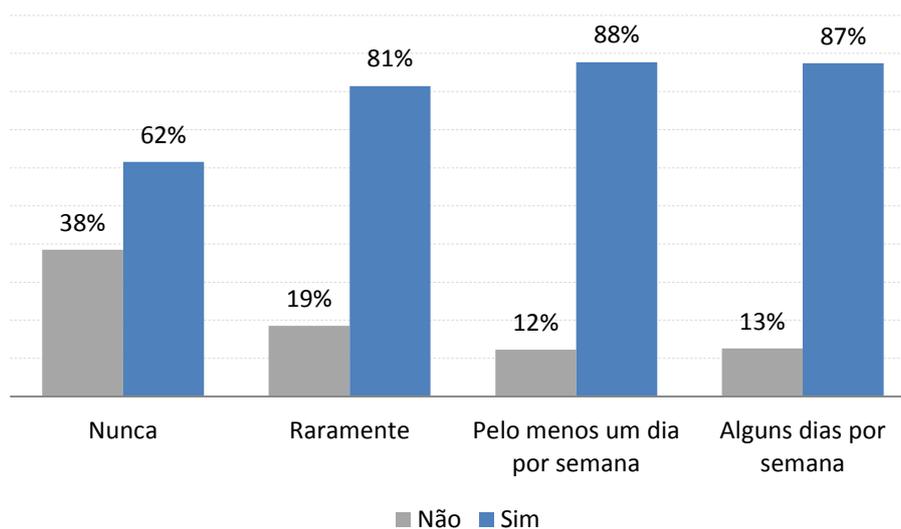


Como expectável, quanto maior o rendimento mensal disponível no agregado familiar, menos se faz sentir a falta de alimentos ($r_s = -0.283$; $p < 0.001$).

¹¹ Os dados de 2012 e 2014 são diretamente comparáveis, os dados de 2010 não podem ser diretamente comparáveis, devido a uma formulação um pouco diferente das perguntas e devido a questões amostrais.

À semelhança do que foi realizado em 2010 e 2012, interessa também aqui verificar se aqueles que mais dizem sentir fome são aqueles que mais recorrem à ajuda alimentar de instituições de solidariedade social, seja sob a forma de cabazes ou refeições.

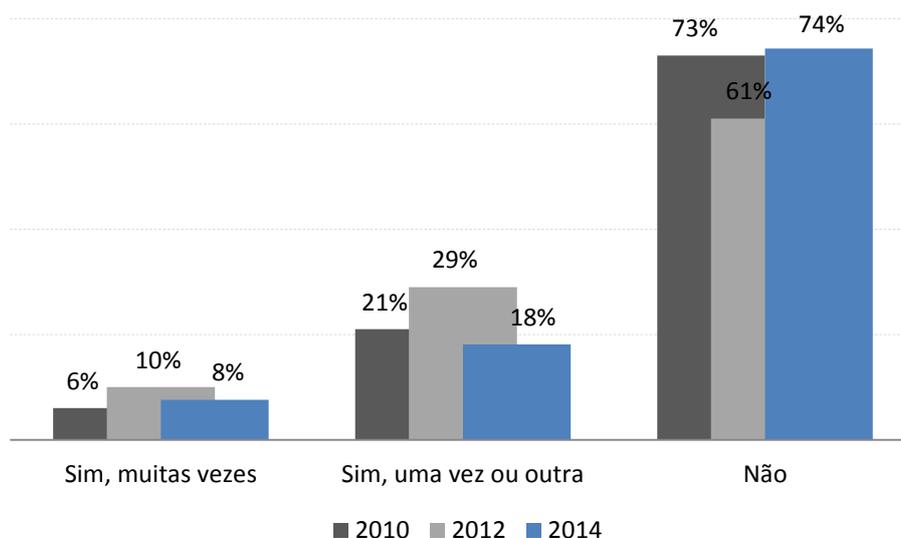
Gráfico 14 - O agregado familiar teve falta de alimentos ou sentiu fome, por falta de dinheiro por existência de Ajuda Alimentar



Como é visível no gráfico, maioritariamente, os indivíduos que dizem receber ajuda alimentar são aqueles que mais dizem ter sentido fome ou falta de alimentos, nos seis meses prévios à inquirição ($\chi^2 = 133.807; p < 0.001$).

Ainda no sentido de perceber as carências alimentares dos respondentes, foi questionado se nos últimos seis meses (anteriores à inquirição) tinham passado algum dia inteiro sem ingerir quaisquer alimentos, por falta de dinheiro. Cerca de 26% referiu que tal tinha acontecido (8% referiu que tal aconteceu muitas vezes e 18% que tinha acontecido uma vez ou outra).

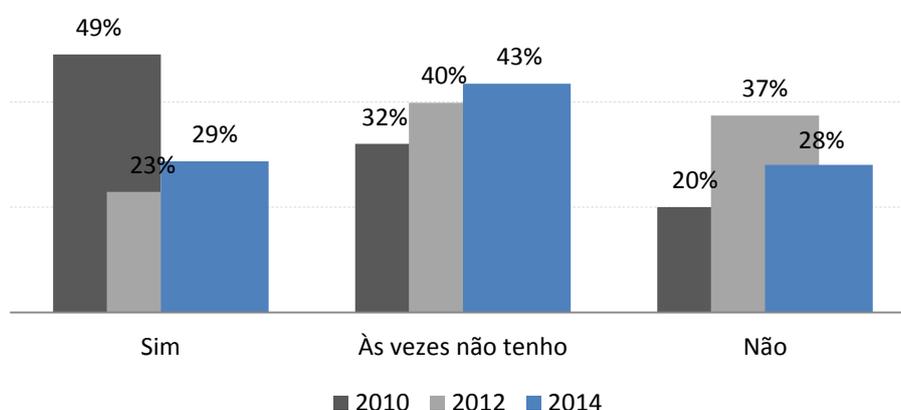
Gráfico 15 - Nos últimos 6 meses, esteve algum dia inteiro sem comer, por falta de dinheiro? (2010, 2012 e 2014)



Analisando os dados disponíveis para os três estudos, verifica-se, uma vez mais, uma melhoria nas condições de alimentação dos utentes das instituições de solidariedade social. Em 2014, comparativamente a 2012, a percentagem de respostas negativas à questão aumentou de forma significativa, havendo, por isso, menos utentes a referirem passar pelo menos um dia inteiro sem comer.

Outro indicador de falta de alimentos é a existência de “dinheiro para ter sempre comida até ao fim do mês”. 28% dos respondentes dizem não ter dinheiro para comprar comida até ao final do mês e 43% referem que tal acontece “às vezes” (num mês). Uma vez mais, e previsivelmente, o rendimento das famílias é determinante para os resultados encontrados: são os indivíduos com menos recursos financeiros aqueles que mais afirmam ter estado sem comer algum dia ($\chi^2 = 149.599$; $p < 0.001$) ou não ter dinheiro para ter comida até ao final do mês ($\chi^2 = 138.305$; $p < 0.001$).

Gráfico 16 - Tem dinheiro para ter sempre comida até ao fim do mês? (2010, 2012 e 2014)



Uma vez mais, quando se comparam os dados disponíveis para os três anos constata-se que em 2014 se verifica uma melhoria das condições de alimentação dos respondentes. Em 2014, 28% dos respondentes afirmam não ter dinheiro para ter sempre comida até ao fim do mês, em 2012 eram 37% os que se encontravam na mesma condição¹².

Em suma, em relação a 2012 assiste-se a uma tendência para a diminuição das carências no plano dos hábitos alimentares: em 2012, 39% dos respondentes referiram estar um dia inteiro sem comer muitas vezes ou uma vez ou outra (cerca de 13 pontos percentuais a mais que em 2014) e 23% diz ter sempre comida até ao fim do mês (em 2014, 29% dizem ter dinheiro para ter comida até ao fim do mês).

Com o intuito de permitir a comparação dos resultados, foi construído um índice de carências alimentares, possibilitando, assim, apresentar a informação acima descrita de uma forma mais sintética. À semelhança do estudo conduzido em 2012, serão consideradas para este índice três variáveis: se nos últimos seis meses o agregado familiar teve falta de alimentos ou sentiu fome, por falta de dinheiro; se esteve algum dia inteiro sem comer, por falta de dinheiro; e se tem dinheiro para ter sempre comida até ao fim do mês. As opções de resposta foram transformadas, de modo a que as categorias mais positivas (que correspondem aos casos em que não há carências alimentares) assumissem valores mais baixos e as categorias mais negativas (onde existem carências) assumissem valores mais elevados. Assim, o valor do índice varia entre zero (quando não existe qualquer carência, ou seja, os indivíduos não sentiram falta de alimentos em quaisquer condições) e sete (quando há uma carência máxima, ou seja, os inquiridos tiveram falta de alimentos alguns dias por semana, estiveram muitas vezes sem comer um dia inteiro nos últimos seis meses e não têm dinheiro para ter sempre comida até ao fim do mês). O valor médio deste índice é 2.4 (mediana = 2), o que indicia, de algum modo, existirem baixas carências alimentares. Aliás, e seguindo a tendência anteriormente descrita, o valor deste índice é menor quando comparado com o de 2012: 2.9 (mediana = 3). Apesar do rendimento ser decisivo no acesso aos bens alimentares, as despesas com a alimentação são das mais significativas, provando a importância que este tipo de bens tem para os indivíduos. Cerca de 24% não tem qualquer carência (valor 0) e 30.5% tem um índice de carência alimentar igual ou superior a 4; em 2012 estes valores eram de 20% e 41%, respetivamente.

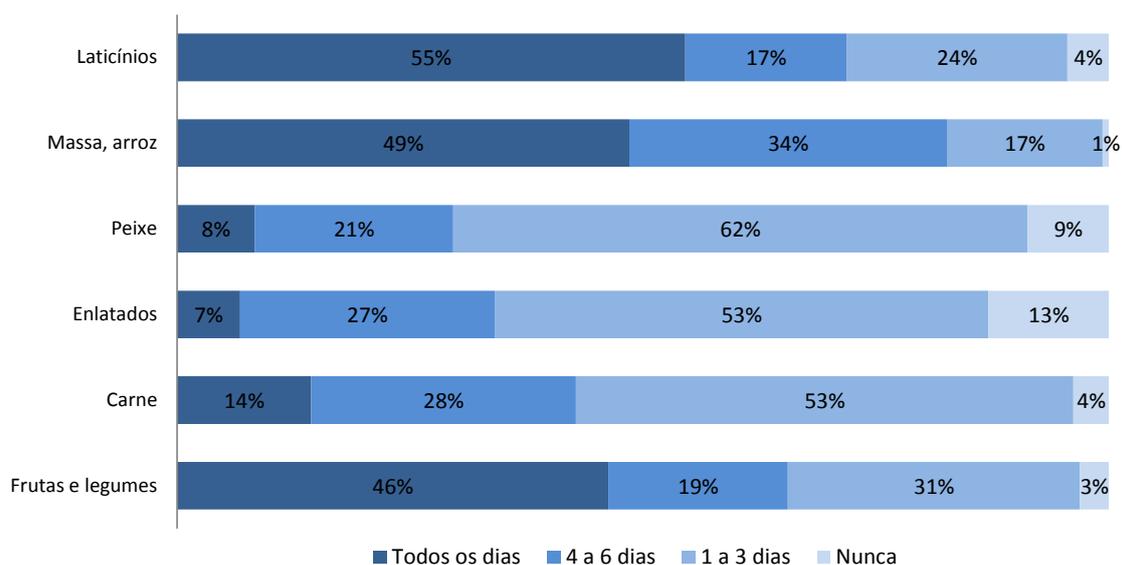
Tal como na edição de 2012, esta informação foi cruzada com outras variáveis que têm sido centrais na caracterização dos utentes. Os resultados foram semelhantes aos verificados em

¹² Em 2010 a questão tinha uma formulação diferente - "Tem sempre comida até ao fim do mês?" - o que impede uma comparação direta entre os anos. De qualquer modo, julgou-se pertinente incluir os resultados neste gráfico.

2012. Assim, existe uma relação em sentido inverso entre o índice de carências alimentares e o rendimento mensal disponível dos agregados familiares, ou seja, quando as carências aumentam aquele rendimento diminui (e vice-versa) ($r_s = -0.323$; $p < 0.001$). Também o escalão etário se relaciona inversamente com aquele índice ($r_s = -0.287$; $p < 0.001$): quanto mais velhos os indivíduos menores são as carências alimentares. Quanto à dimensão do agregado familiar, verificou-se que quanto maior for o agregado, maior a falta de alimentos ($r_s = 0.208$; $p < 0.001$). Por fim, verificou-se que os respondentes que recebem mais ajuda institucional a nível alimentar (refeições e cabazes) são aqueles que, em média, têm mais carências alimentares ($t = -13.844$; $p < 0.001$).

Ainda no âmbito das carências alimentares, foi introduzida no inquérito de 2014 uma bateria de questões que pretendia medir quais os tipos de alimentos mais consumidos numa semana. Desta forma, pretendia-se perceber em que medida as situações de carência económica se poderiam fazer sentir no tipo de produtos alimentares consumidos pelas famílias. O gráfico seguinte sumariza as respostas obtidas.

Gráfico 17 - Numa semana normal, com que frequência se consomem os seguintes alimentos em sua casa?



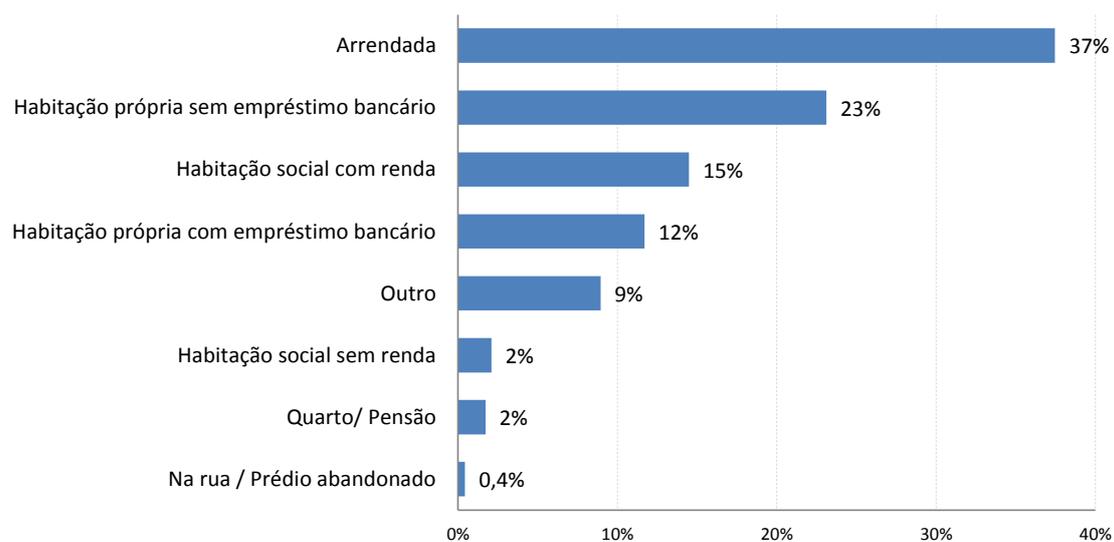
A alimentação destas famílias é composta diariamente (ou quase) por laticínios, frutas e legumes e massas e arroz. A carne e o peixe são os alimentos menos frequentes na dieta semanal dos indivíduos. Neste ponto, não se pode deixar de referir que grande parte dos respondentes recebe ajuda alimentar da instituição a que recorre, o que poderá explicar estes resultados. A carne e o peixe não estarão tão presentes na ajuda alimentar distribuída, mas os restantes produtos sim. Uma vez mais, o rendimento das famílias mostra-se determinante

para compreender estas variações no consumo: a frequência de consumo dos vários produtos é maior em agregados com maior rendimento.

Habitação

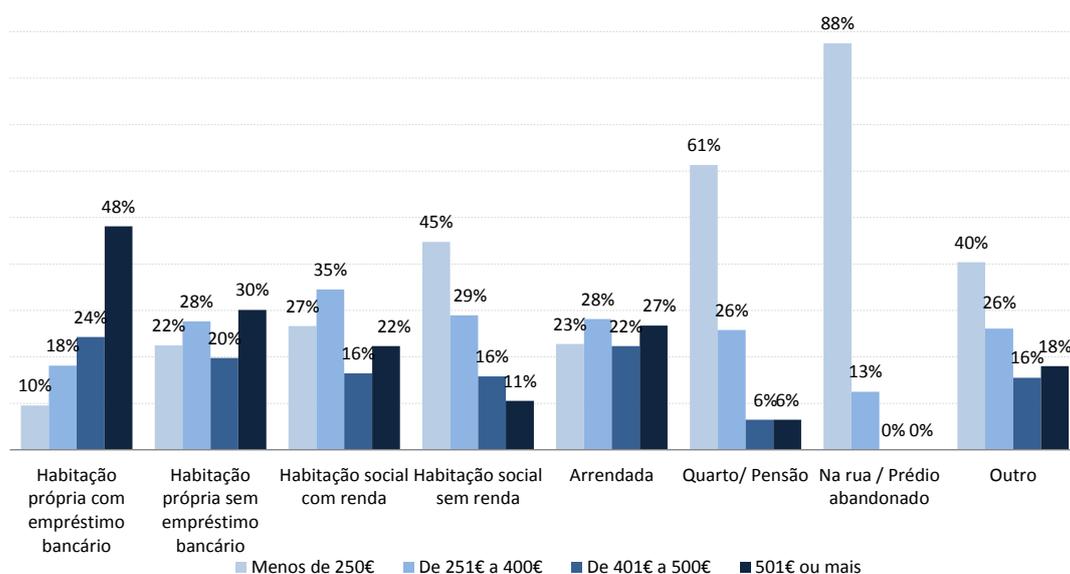
Outra dimensão importante para aferir sobre o nível económico dos respondentes e respetivos agregados familiares diz respeito ao tipo de habitação e às condições de habitabilidade.

Gráfico 18 - A sua casa é...



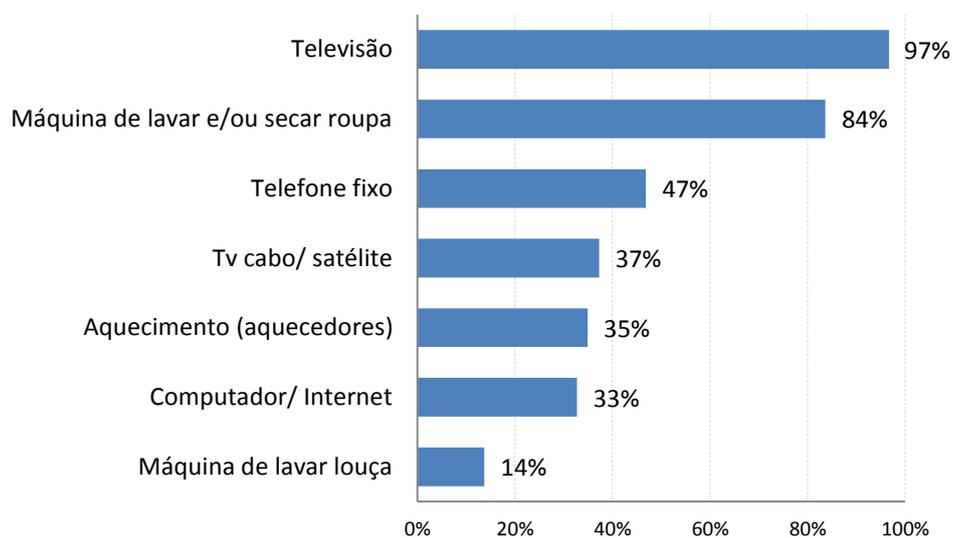
No gráfico pode observar-se a distribuição de respostas relativamente ao tipo de habitação dos respondentes que não traz alterações significativas ao verificado em 2012. A maioria dos indivíduos paga renda ou empréstimo pelo local onde reside: cerca de 37% vive numa casa arrendada, 15% numa habitação social com renda e 12% em habitação própria com empréstimo bancário. Como expectável, o nível de rendimento disponível do agregado familiar encontra-se relacionado com o tipo de habitação ($\chi^2 = 149.150$; $p < 0.001$). Os respondentes, cujos agregados dispõem de maiores rendimentos, por mês, habitam mais em habitação própria com e sem empréstimo bancário, comparativamente aos restantes tipos.

Gráfico 19 - Propriedade da habitação por rendimento mensal do agregado familiar



Quanto às condições de habitabilidade, o questionário comportava um conjunto de questões onde, para cada uma, o inquirido deveria mencionar a existência ou não de alguns equipamentos domésticos¹³. Tratam-se de equipamentos não essenciais, o que, a existirem, à partida, poderá evidenciar uma situação económica mais favorecida.

Gráfico 20 - A sua casa tem...?



Como em 2012, a quase totalidade dos respondentes refere possuir televisão (97%) e uma larga maioria possui igualmente máquina de lavar e/ou secar roupa (84%). Os restantes equipamentos apresentam valores percentuais mais baixos. Em média, os inquiridos possuem

¹³ Estas questões eram colocadas apenas aos inquiridos que viviam numa casa, própria ou não (ficam de fora todos aqueles que vivem num quarto/pensão e na rua/prédio abandonado).

três dos equipamentos em análise: cerca de 79% dos respondentes possui entre 2 e 5 equipamentos (78% em 2012) e apenas 4% não possui qualquer um (6% em 2012). Como de prever, o rendimento disponível dos agregados domésticos relaciona-se com a existência ou não deste tipo de bens: apesar de alguns equipamentos serem quase transversais à totalidade de inquiridos (que vive em casa própria ou arrendada), é nos agregados com um nível de rendimento mais elevado que se encontra uma maior percentagem de referências à existência destes bens ($r_s = 0.335$; $p < 0.001$).

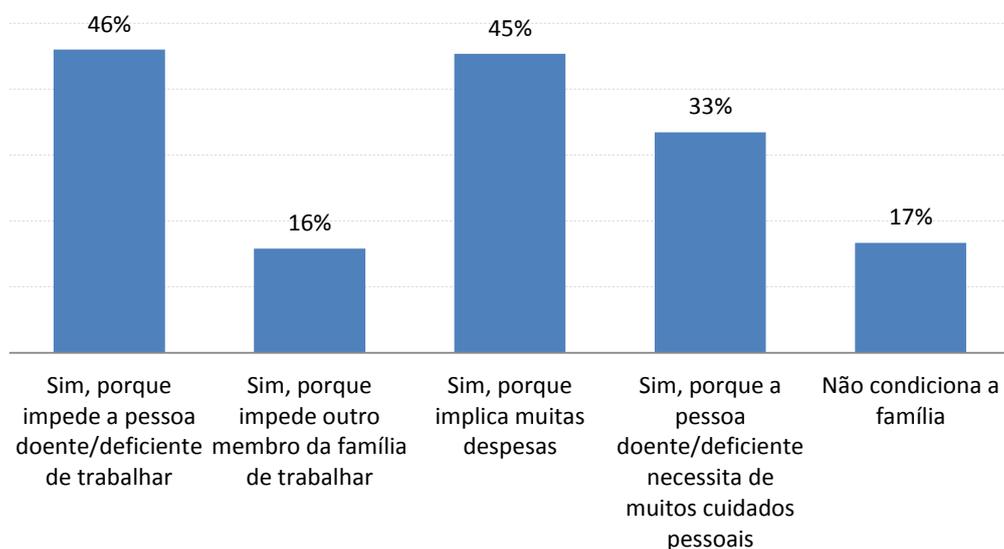
Apesar dos equipamentos domésticos presentes nos domicílios poderem fornecer informações sobre as condições de habitabilidade, em 2014, foi introduzida uma nova questão que pretendia aferir sobre aquelas condições, questionando diretamente os inquiridos a este respeito. Assim, cerca de 78% dos respondentes referiu que a sua casa tem as condições que o próprio e a família necessitam para viver.

Saúde

Os problemas de saúde podem condicionar bastante a vida dos indivíduos, impossibilitando-os de ter uma ocupação profissional ou, pelo menos, de a exercer na sua plenitude o que, conseqüentemente, se repercute nos seus rendimentos. Neste sentido, é lícito analisar as questões de saúde sob o prisma das condições económicas dos respondentes.

Cerca de 47% dos inquiridos referiu que o próprio ou alguém do seu agregado familiar sofre de uma doença ou deficiência (48% em 2012).

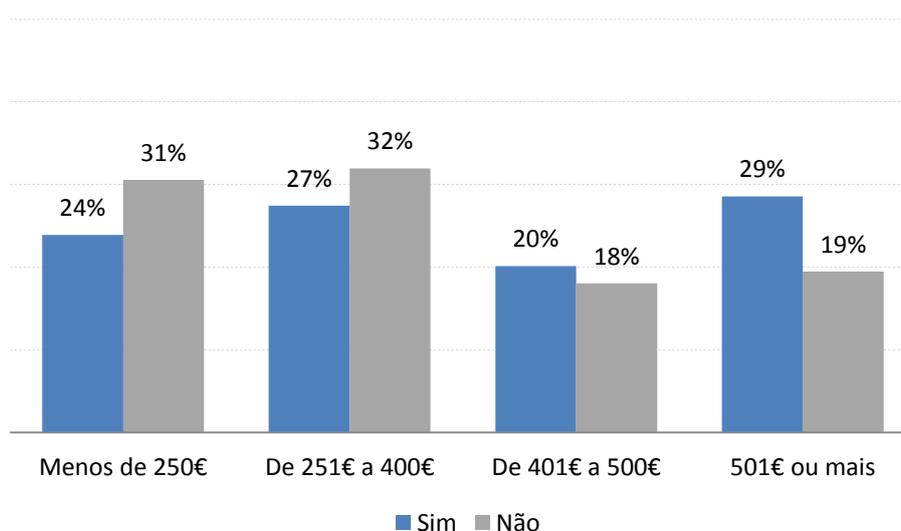
Gráfico 21 - Essa doença/deficiência condiciona a sua família?



Em cerca de 17% dos casos a doença/deficiência não condiciona a família. Contudo, como se pode ver pelo gráfico, na grande maioria dos casos, a existência de alguém doente ou deficiente no agregado familiar condiciona a família. As duas razões mais mencionadas prendem-se com questões económicas ligadas ao estado de saúde: o impedimento em trabalhar (46%) a que a doença/deficiência conduz e as despesas que acarreta (45%).

O senso comum diz-nos que quando a situação económica se agrava, os indivíduos tendem a cortar as despesas nos cuidados de saúde, quer se trate de consultas médicas quer de compra de medicamentos. No que respeita a consultas médicas, 92% dos inquiridos referiu que o próprio ou alguém do agregado familiar recorreu a um médico no último ano (prévio à inquirição) (93% em 2012). Como se viu anteriormente, as despesas em saúde destacavam-se, surgindo em terceiro lugar num conjunto de doze despesas possíveis (apenas abaixo das despesas com a casa e alimentação), o que, apesar dos baixos rendimentos dos respondentes, indicia uma valorização da saúde por esta população. Se se tiver em conta que a maior parte dos agregados onde existe alguém doente/deficiente afirma existir algum tipo de condicionamento (destacando-se os de ordem económica), percebe-se que haja um investimento na saúde, recorrendo ao médico quando necessário. A ida ao médico relaciona-se com o rendimento mensal dos agregados familiares ($U = 100.007$; $p < 0.01$): entre aqueles que não foram ao médico, contam-se sobretudo agregados com menores níveis de rendimento.

Gráfico 22 - Nos últimos 12 meses alguém do seu agregado familiar foi ao médico? por rendimento mensal do agregado familiar

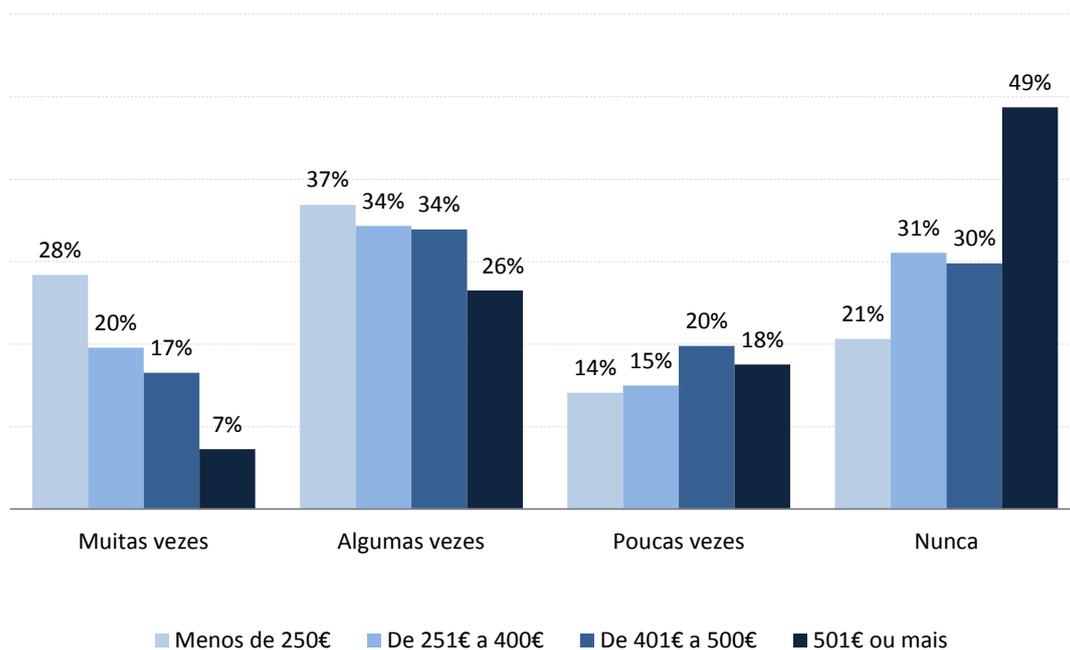


No que respeita à compra de medicamentos, uma vez mais assiste-se a uma valorização da saúde por parte dos inquiridos, pois 33% diz nunca ter deixado de comprar medicamentos por

falta de dinheiro e apenas cerca de 17% diz tê-lo feito muitas vezes (deixado de comprar medicamentos).

Tal como acontecia com as consultas médicas, a compra de medicamentos encontra-se relacionada com o nível de rendimento das famílias ($r_s = 0.257$; $p < 0.001$): é nos agregados com um nível de rendimento mais baixo que se encontram maiores dificuldades na compra de medicamentos (por falta de dinheiro) e vice-versa.

Gráfico 23 - Com que frequência, nos últimos 12 meses, deixou de comprar medicamentos por não ter dinheiro? por rendimento mensal do agregado familiar



Redes Relacionais

Neste ponto irão ser abordadas questões que se prendem sobretudo com a dimensão social da vida dos respondentes. Importará analisar a estrutura familiar dos respondentes e as relações com a família e vizinhos, a sua importância e regularidade. Outro ponto a analisar será o relativo aos pedidos de ajuda dos inquiridos, a quem costumam pedir ajuda e com que fim.

Estrutura familiar

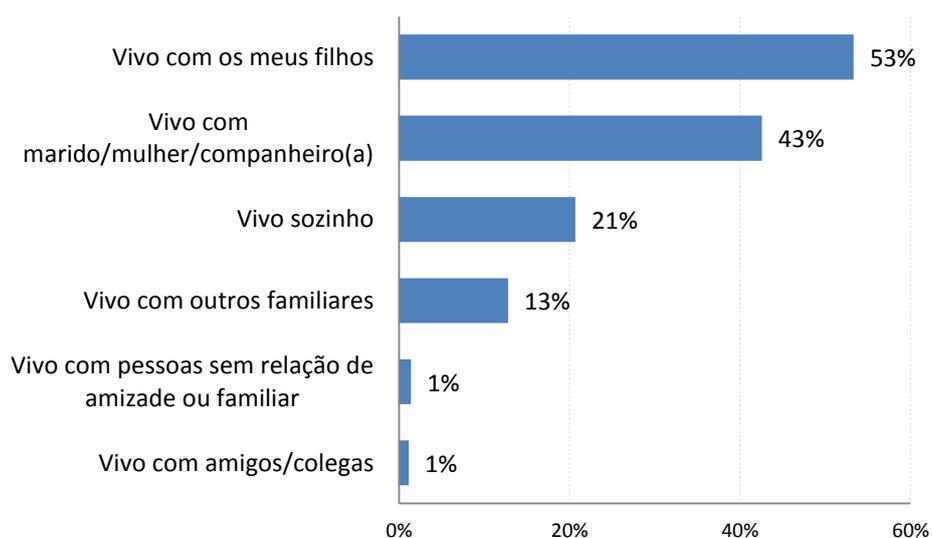
Em média, os agregados domésticos são constituídos por três indivíduos. Também em média, o escalão etário onde se encontram maiores agregados familiares é o dos jovens adultos entre os 31 e os 40 anos, onde, em média, os agregados têm 4.6 indivíduos. Entre os jovens dos 18 aos 30 anos, a média de membros do agregado é de 4.3; e entre os adultos dos 41 aos 65 anos, a média de membros do agregado é de 3.3. O escalão etário dos idosos (66 ou mais anos) é aquele cuja média de membros é menor: 2.5 indivíduos.

Em 52% dos agregados domésticos não existe qualquer criança até aos 16 anos. Em cerca de 22% dos agregados existe uma criança e em 16% duas crianças até àquela idade. Em média, existe 1 criança até 16 anos nos agregados dos respondentes. É nos escalões etários dos jovens adultos que, em média, existem mais crianças (1.8), seguido do escalão etário dos jovens (1.6 crianças), do escalão dos adultos (0.8) e, finalmente, dos idosos (0.1).

Por fim, em 35% dos agregados domésticos existe, pelo menos, uma pessoa com mais de 65 anos, havendo nestes agregados, em média, 0.7 idosos.

Ainda relativamente à estrutura familiar, a maioria dos inquiridos refere viver acompanhado, sendo o mais comum a coabitação com cônjuge e/ou filhos.

Gráfico 24 - Quem vive habitualmente na sua casa?



De referir, ainda, que 21% dos respondentes disseram viver sozinhos. Entre estes, são essencialmente idosos com mais de 65 anos (55%) e adultos entre os 41 e os 65 anos (37%) que se encontram nesta condição.

Relações com família e amigos

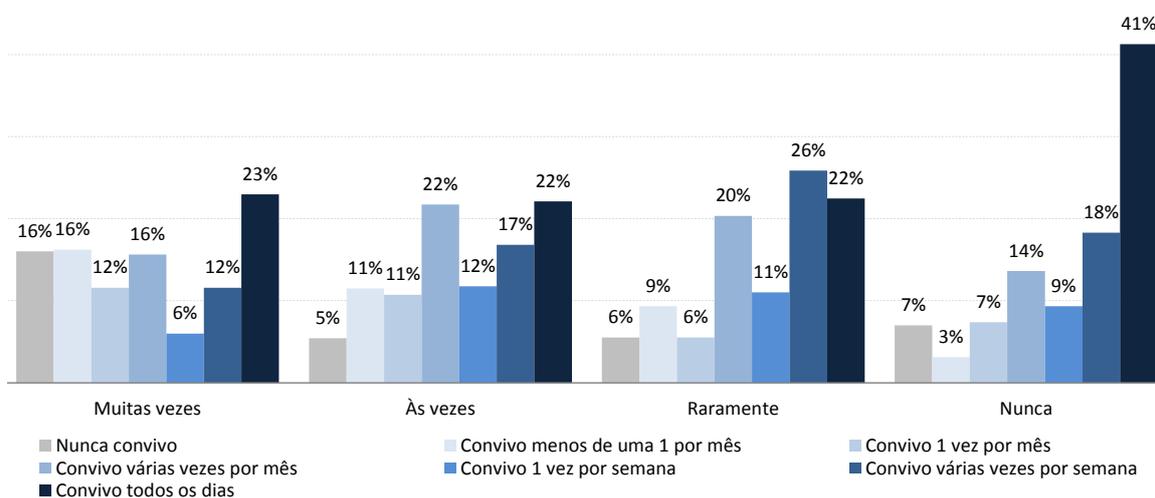
Os indivíduos foram questionados sobre a frequência com que costumam conviver com a restante família, amigos ou colegas de trabalho. De uma maneira geral, estes contactos são bastante frequentes: 25% dos inquiridos diz conviver todos os dias com familiares/amigos/colegas de trabalho, 17% fá-lo várias vezes por semana e 10% uma vez por semana. Apenas 9% diz nunca conviver com os seus familiares/amigos/colegas. Esta medida é bastante importante porque demonstra que a maior parte dos indivíduos mantém relações sociais fortes, diminuindo assim a possibilidade de existir um sentimento de exclusão social¹⁴.

Apesar da maioria dos inquiridos referir que convive com frequência com familiares/amigos/colegas, cerca de 43% refere que, em momentos de dificuldade, sente que a

¹⁴ No European Social Survey de 2012, a mesma questão obteve resultados ligeiramente diferentes. Neste inquérito, apenas 0.4% da população portuguesa referiu nunca conviver com família, amigos ou colegas; 4% fá-lo menos de 1 vez por mês; 3.7% uma vez por mês; 13.2% várias vezes por mês; 8.8% uma vez por semana; 24% várias vezes por semana e 46% todos os dias. Tal parece revelar que, quando comparada com a generalidade da população, os indivíduos deste estudo convivem com menos frequência com família, amigos e colegas.

sua família às vezes está desamparada e 29% sente-se assim muitas vezes. Cruzando estas duas informações, constata-se que quando a frequência de contacto diminui, aumenta o sentimento de desamparo, em momentos de dificuldade (e vice-versa) ($r_s = -0.199$; $p < 0.001$).

Gráfico 25 - Em momentos de dificuldade sente que a sua família está desamparada? por Com que frequência costumam conviver com restante família, amigos ou colegas de trabalho?



Dentro da mesma lógica de inquirição, foi perguntado se os indivíduos se sentiam sós. Cerca de 65% respondeu que se sente só muitas vezes ou às vezes. Também aqui o convívio frequente com familiares/amigos/colegas se mostra relevante para este resultado: quando a frequência de convívio aumenta, diminui o sentimento de solidão ($r_s = 0.245$; $p < 0.001$). Da mesma forma, quem se sente menos desamparado em momentos de dificuldade também refere sentir-se menos sozinho ($r_s = 0.444$; $p < 0.001$).

Um pouco como seria expectável, quando aumenta o rendimento do agregado familiar diminui o sentimento de desamparo em momentos de dificuldade ($r_s = 0.208$; $p < 0.001$) e o sentimento de solidão ($r_s = 0.200$; $p < 0.001$).

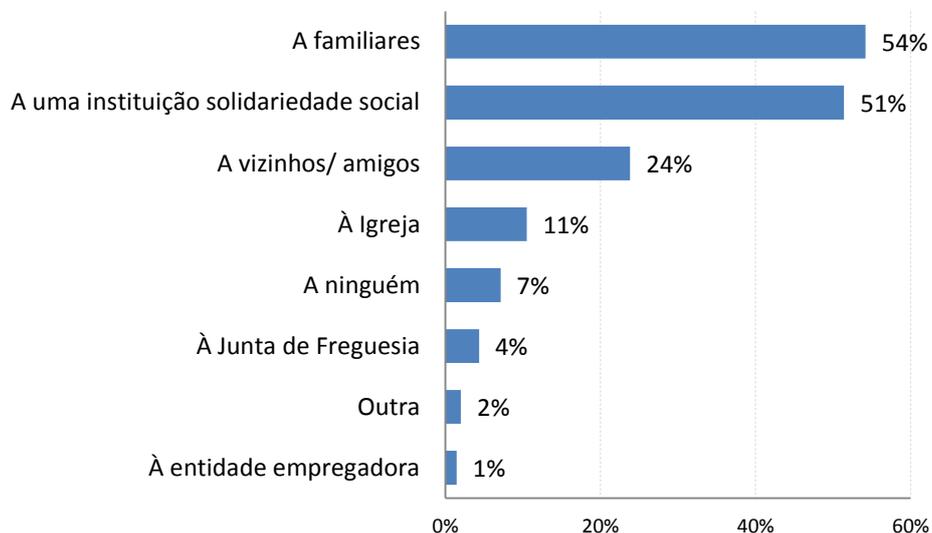
Estes resultados encontram-se em consonância com os encontrados na edição de 2012, apesar de uma ligeira alteração na formulação da questão relativa à frequência de convívio.

Entreajuda

Viu-se atrás como o contacto regular com família e amigos contribui para um menor sentimento de desamparo, quando em situações de dificuldade. Importa agora perceber em

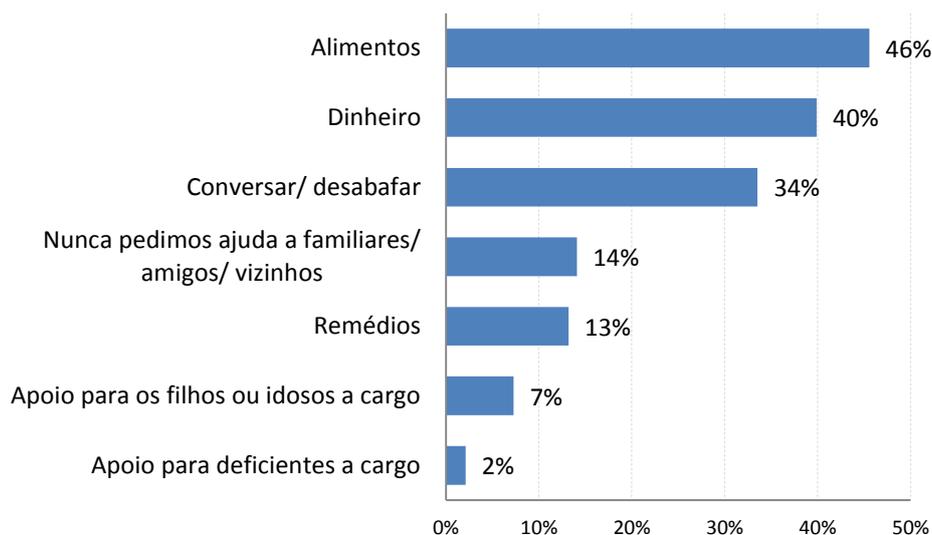
que medida os respondentes recorrem, de facto, a amigos e familiares quando necessitam de ajuda e que tipo de ajuda é pedido.

Gráfico 26 - Quando precisam, a quem costumam pedir ajuda com mais frequência?



No gráfico pode observar-se a quem os indivíduos recorrem, com maior frequência, quando precisam de auxílio. Claramente, a família assume-se como a principal fonte de ajuda, com os amigos/vizinhos a apresentarem, igualmente, valores bastante significativos. Os respondentes procuram a família, amigos ou vizinhos essencialmente para ajuda alimentar ou financeira.

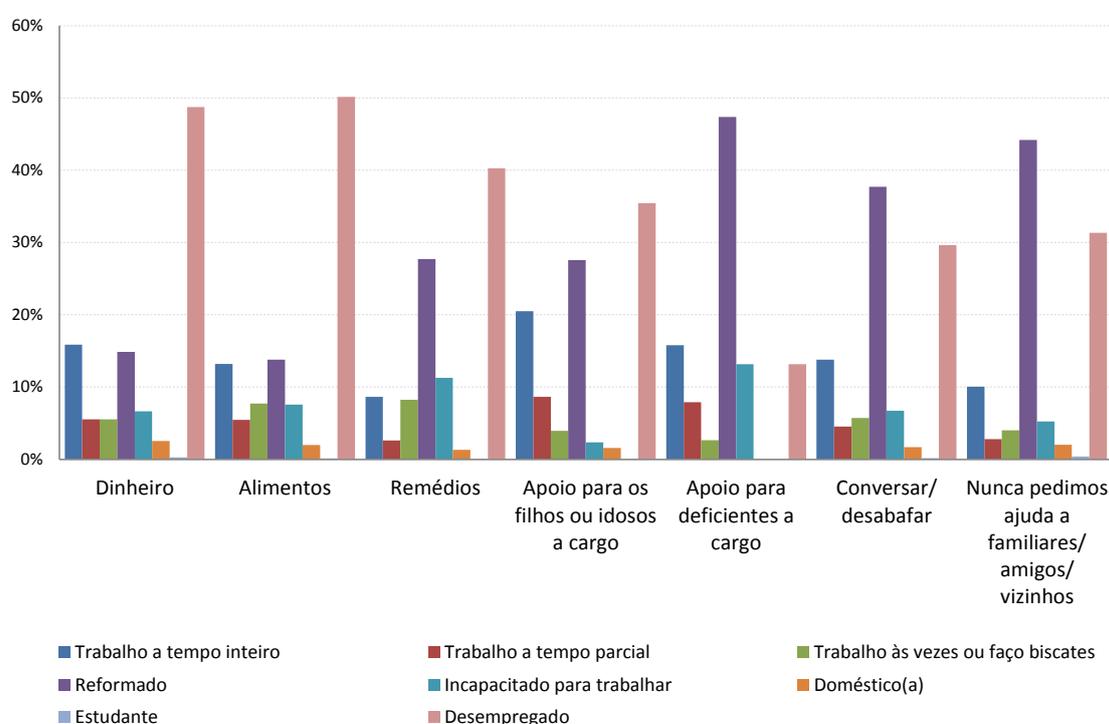
Gráfico 27 - Quando recorrem a familiares/ amigos/ vizinhos que tipo de ajuda costumam pedir?



Em relação a 2012, mantem-se quer a ordem relativa das respostas quer os valores percentuais obtidos no que diz respeito ao(s) destinatário(s) do pedido de ajuda e ao tipo de ajuda prestado por familiares/amigos/vizinhos.

De referir que no que toca a ajuda alimentar e/ou financeira, predominantemente, são aqueles que têm um rendimento mais baixo quem procura a família/amigos para este fim. Entre aqueles que têm um rendimento mais alto, destaca-se a procura da família/amigos para conversar/desabafar. Em relação à idade, são os indivíduos pertencentes aos escalões dos jovens adultos (31-40 anos) e dos adultos (41-65 anos) quem, no geral, mais recorre à ajuda de terceiros.

Gráfico 28 - Quando recorrem a familiares/ amigos/ vizinhos que tipo de ajuda costumam pedir? por situação profissional

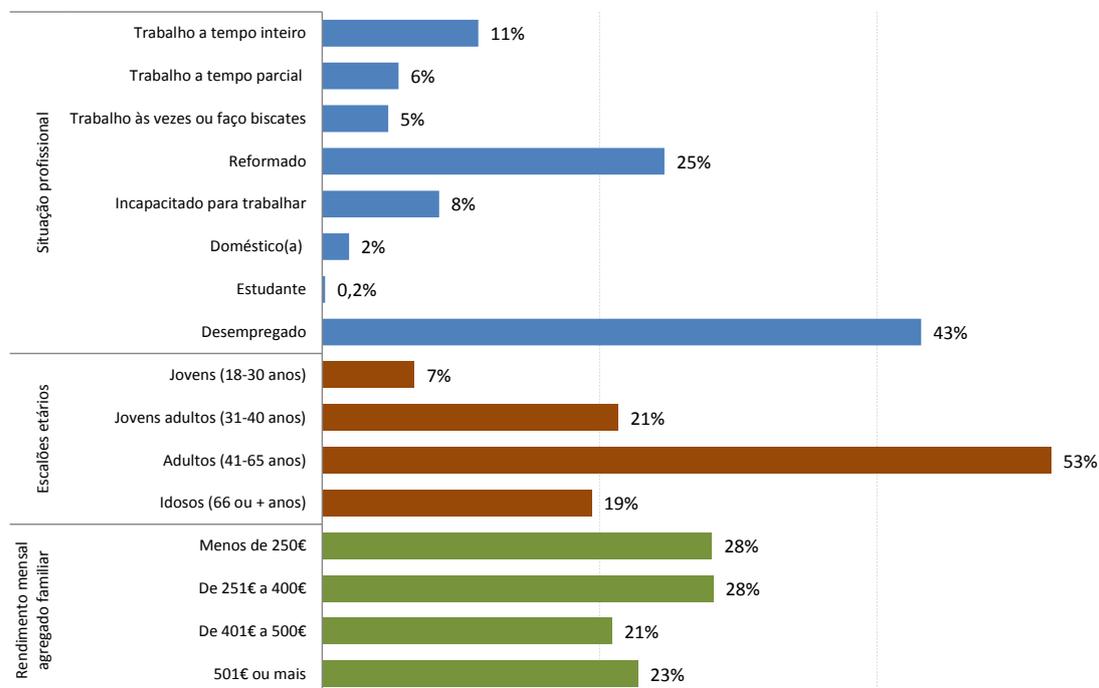


No gráfico pode observar-se a distribuição dos vários tipos de situação profissional pelos diversos tipos de ajuda. Dentro de cada tipo de ajuda, são os desempregados e os reformados quem mais recorre a familiares/amigos. Os primeiros recorrem sobretudo a ajuda alimentar e financeira; os segundos a apoio para deficientes a cargo e para conversar/desabafar.

Atrás observou-se que em 51% dos casos, os respondentes recorrem a instituições de solidariedade social (valor idêntico para 2012). Tal como em 2012, quem o faz caracteriza-se por ter um nível de rendimento mensal do agregado familiar mais baixo ($U = 352.469$; $p < 0.001$), por ser mais velho ($\chi^2 = 34.742$; $p < 0.001$), destacando-se o grupo dos adultos (41-65 anos), e

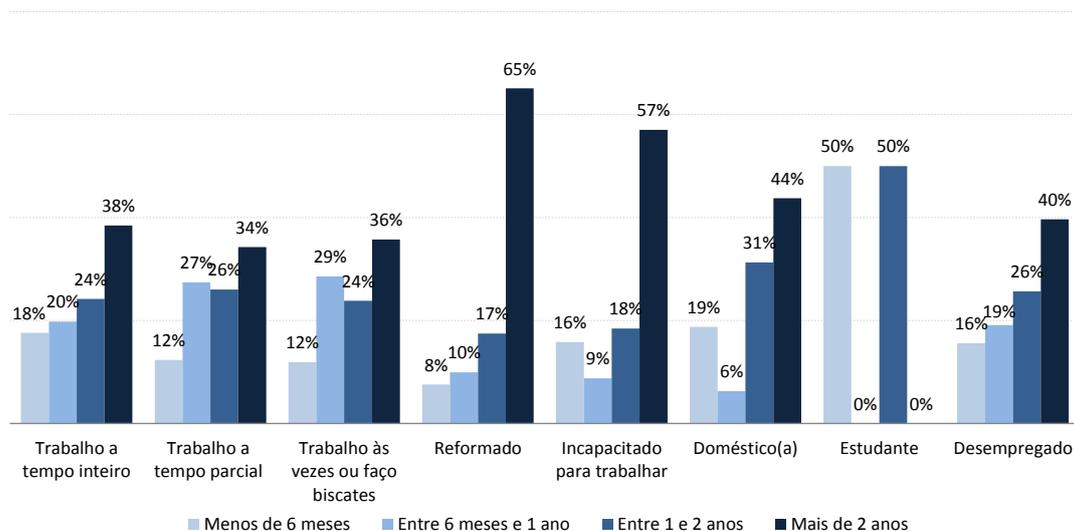
por ser reformado ou desempregado ($\chi^2 = 47.753$; $p < 0.001$). O gráfico seguinte ilustra esta situação.

Gráfico 29 - Situação profissional, escalões etários e rendimento mensal do agregado familiar por recorrer a uma instituição de solidariedade social (respostas “Sim”)



Entre aqueles que procuram uma instituição de solidariedade social, cerca de 53% (eram 59% em 2012) fá-lo há menos de 2 anos. Constatase que quando aumenta o escalão etário dos respondentes aumenta o período de tempo a que se recorre a uma instituição de solidariedade social ($r_s = 0.126$; $p < 0.001$) e quanto mais escolarizados os indivíduos são, há menos tempo recorrem a este tipo de instituições ($r_s = -0.175$; $p < 0.001$). Quanto à situação profissional, observando cada uma per si, verifica-se que a maior concentração de respostas encontra-se na categoria relativa a receber apoio da instituição há mais de 2 anos. Tal acontece para todas as situações profissionais, à exceção dos estudantes. ($\chi^2 = 111.095$; $p < 0.001$).

Gráfico 30 - Há aproximadamente quanto tempo recebem apoio de uma instituição de solidariedade social? por situação profissional



O apoio alimentar, seja na forma de cabazes ou refeições, é a principal área em que os inquiridos recebem ajuda.

Tabela 2 - Em que áreas recebem ajuda dessa instituição?

Áreas em que recebem ajuda da instituição	Percentagem de casos
Apoio Alimentar (Cabaz / Refeições)	87%
Apoio domiciliário	13%
Outra área	9%
Apoio à procura de emprego	8%
Serviços de saúde ou clínica médica	8%
Apoio Financeiro	5%
Apoio na análise das faturas de gás, luz, eletricidade	5%
Escolarização/Formação Profissional	4%
Gestão doméstica/ Aproveitamento de alimentos	3%
Apoio jurídico e fiscal (preenchimento IRS)	3%
Gestão do orçamento familiar e dos créditos	2%
Traduções	0,2%
Total	146%

Em suma, tal como verificado em edições anteriores, a família e os amigos assumem um papel fundamental na ajuda que prestam a esta população. Esta ajuda pode existir apenas numa perspetiva de contacto (para conversar) ou de ajuda efetiva, de alimentos e dinheiro (sobretudo). Muitos dos que recorrem ao apoio da família e dos amigos também recorrem a instituições de solidariedade social. Enquanto no caso dos familiares/amigos o apoio procurado é bastante diversificado, no caso das instituições o apoio procurado é essencialmente alimentar.

Sentimento de Pobreza

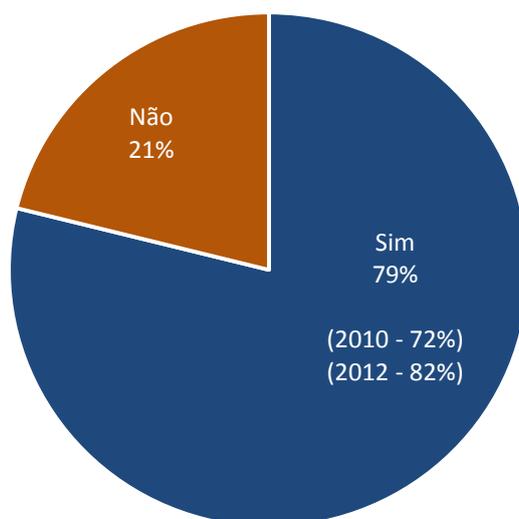
À semelhança das edições anteriores, o presente capítulo tratará da perceção de pobreza dos indivíduos que poderá ser indicativa do sentimento de pobreza destas pessoas. Defendemos, tal como no passado, que este sentimento de pobreza pode ser limitador das atividades do próprio sujeito e das vivências do seu dia-a-dia, podendo este sentir-se estigmatizado pela sua situação, aumentando assim o seu sentimento de exclusão social. Pelo facto deste sentimento de pobreza ser baseado na representação pessoal da pobreza e não nas privações materiais efetivas, este indicador é apenas referente a uma pobreza subjetiva, que não nos permite afirmar que os indivíduos são de facto pobres.

Nesta secção sobre a perceção de pobreza, iremos analisar um conjunto de questões que nos ajudarão a compreender qual o sentimento dos respondentes face à sua condição desfavorecida. Sabemos que esta amostra pertence a uma população de indivíduos que recorre a instituições de solidariedade social, logo serão pessoas que, à partida, estarão numa situação económica e socialmente mais desfavorecida. De qualquer forma, foi perguntado aos indivíduos se sentiam pobres e qual a sua situação perante a pobreza no passado: se a sua família sempre tinha sido pobre, se já tinha passado por situações parecidas àquela que atualmente está a passar ou se nunca tinha sido pobre no passado. Para além destas questões, questionou-se ainda os sujeitos acerca de qual pensavam ter sido a causa da sua pobreza.

Pobreza Subjetiva

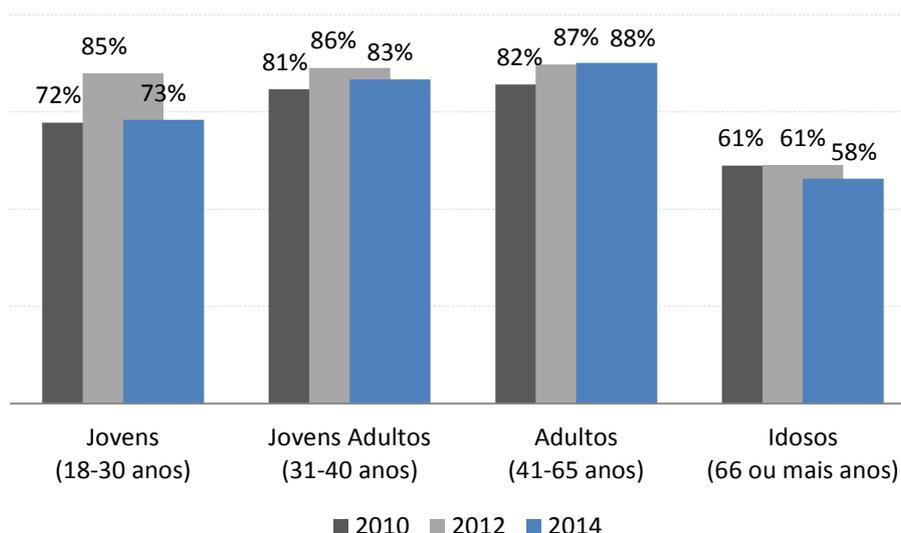
Apesar das limitações já expressas anteriormente no que concerne à comparação dos resultados de 2014 e 2012 com os obtidos em 2010, verifica-se que, após um agravamento das condições de vida dos utentes das instituições de solidariedade social fazendo com que se sentissem mais pobres em 2012 face a 2010, em 2014 parece haver uma ligeira melhoria das condições de vida ou pelo menos da perceção que os respondentes têm acerca daquelas. Em 2010, cerca de 72% dos inquiridos dizia sentir-se pobre, em 2012, 82% referiram-no e em 2014 aquele valor é de 79%.

Gráfico 31- Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva (2010, 2012 e 2014)



Cruzando esta questão com o escalão etário constata-se que em todos os escalões etários, à exceção dos adultos, os respondentes sentem-se menos pobres, em relação a 2012. Mesmo no escalão dos adultos, apesar do aumento percentual em 2014 face a 2012, este não é significativo. Assim, uma vez mais se conclui que existem diferenças no sentimento de pobreza entre os vários escalões etários ($\chi^2= 152.529$, $p<0.001$): o grupo dos idosos continua a ser aquele onde menos respondentes dizem sentir-se pobres.

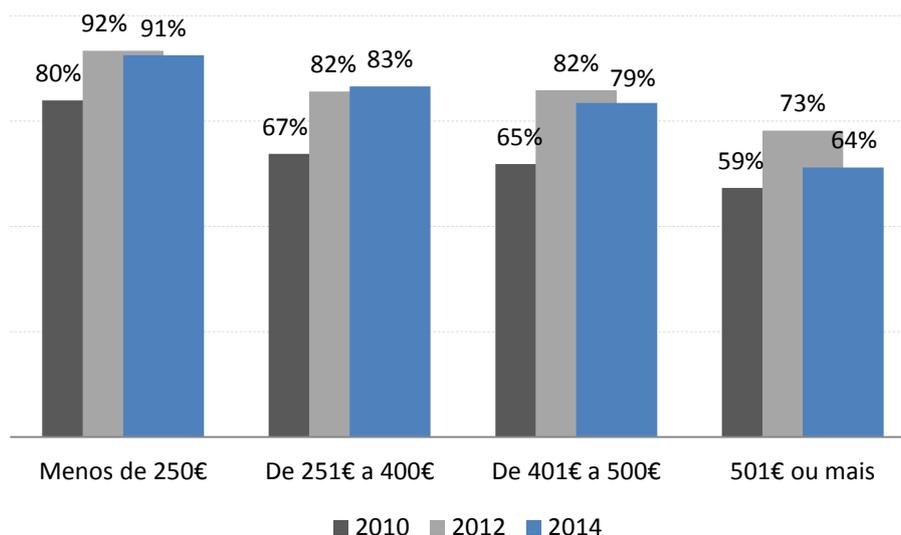
Gráfico 32 - Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva por escalão etário



Tal como em 2012, e como expectável, verifica-se que entre aqueles que recebem menos de 250€ existe uma maior percentagem de sujeitos a referir que se sente pobre (91%), face aos

que recebem mais de 500€ (64%) ($\chi^2= 106.069$, $p<0.001$). Note-se ainda a elevada percentagem de indivíduos que nos três escalões de rendimento mais baixos declara sentir-se pobre. Os resultados de 2014 não diferem de forma significativa dos obtidos em 2012, à exceção dos resultados obtidos para o escalão de rendimento mais alto. Neste 64% dos inquiridos dizem sentir-se pobres, face a 73% em 2012.

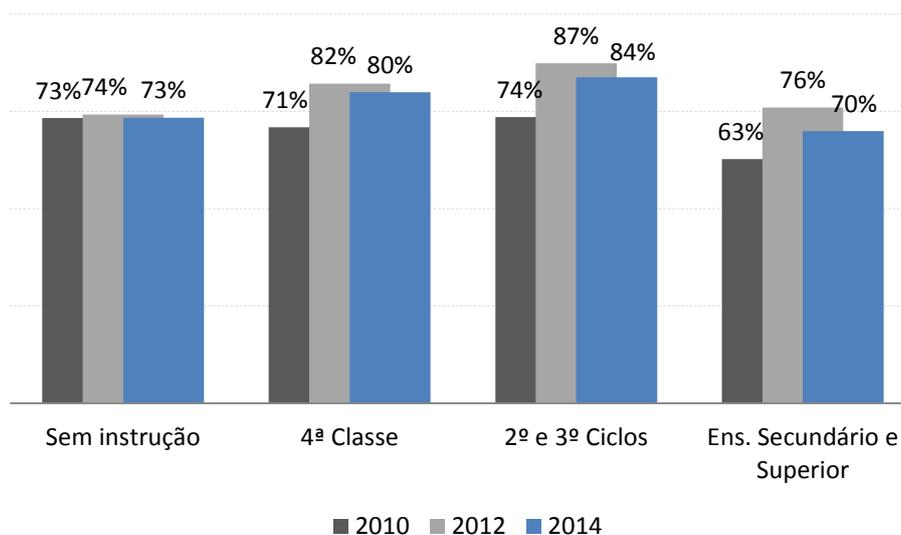
Gráfico 33- Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva (respostas “Sim”) por escalão de rendimento (2010, 2012 e 2014)



Por último, ao cruzar esta informação com o nível de escolaridade ($\chi^2=25.347$, $p<0.001$) nota-se que, face a 2012, a percentagem de indivíduos que referiu sentir-se pobre diminuiu em todos os níveis de ensino (de forma significativa apenas nos dois níveis de escolaridade mais altos). Como em 2012, nota-se que os indivíduos sem instrução e com ensino secundário ou superior sentem-se menos pobres do que os indivíduos com a 4ª classe e 2º e 3º Ciclos. É de referir que no grupo sem instrução se encontram a maioria dos idosos¹⁵, que, como já se viu anteriormente, são precisamente aqueles que se sentem menos pobres.

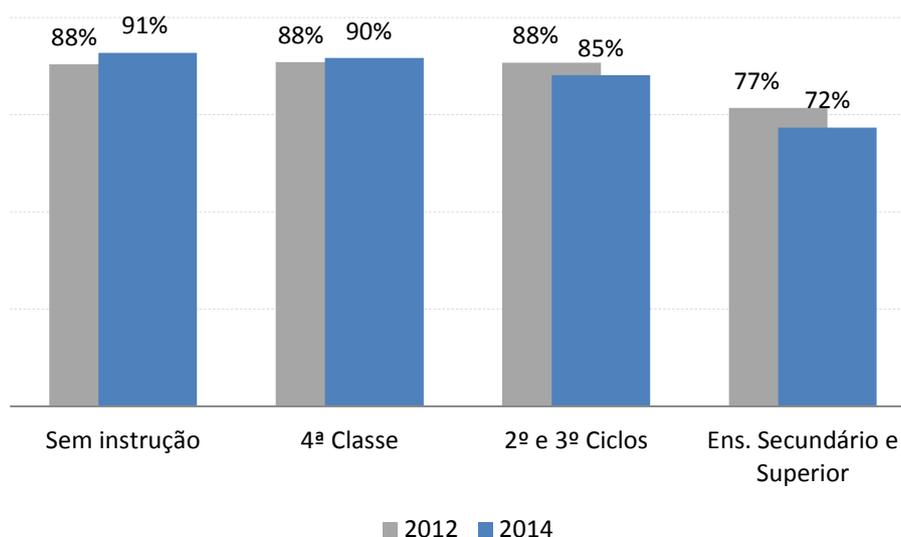
¹⁵ Entre os indivíduos sem instrução, 63% encontram-se no escalão dos idosos.

Gráfico 34 - Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva (respostas “Sim”) por nível de escolaridade (2010, 2012 e 2014)



Ao realizar este mesmo cruzamento mas apenas considerando os indivíduos em idade ativa (excluindo os idosos), as diferenças entre os vários níveis de escolaridade passam a surgir entre os indivíduos com uma escolaridade mais elevada e os restantes ($\chi^2=38.747$, $p<0.001$): claramente, a percentagem de pessoas em idade ativa que se sentem pobres e não têm instrução e têm a 4ª classe e 2º e 3º ciclo sobe e a percentagem daqueles que possuem o 2º e 3º ciclos e o Ensino Secundário ou Superior mantêm-se quase inalterada.

Gráfico 35 - Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva (respostas “Sim”) por nível de escolaridade (apenas indivíduos em idade ativa) (2012 e 2014)



Ao contrário do observado em 2010 e 2012, a dimensão do agregado familiar não se mostrou uma variável significativa na compreensão do sentimento de pobreza destes indivíduos.

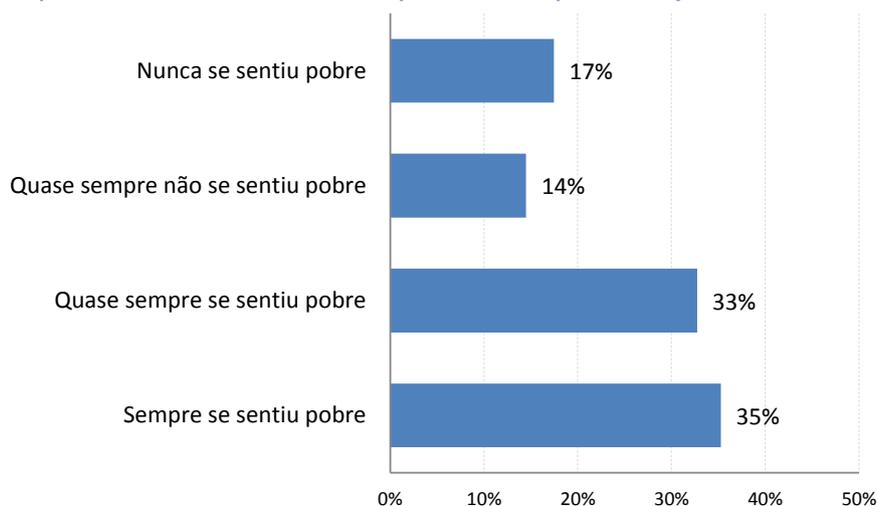
Naquelas edições verificou-se que aqueles que se sentem pobres pertencem a um agregado familiar de maior dimensão do que aqueles que não se sentem.

Em suma, entre os indivíduos que se sentem pobres destacam-se sobretudo aqueles que têm idades inferiores aos 65 anos, com rendimentos baixos e com escolaridade abaixo do Ensino Secundário.

Persistência da pobreza

Questionados sobre a sua condição no passado, apenas 17% dos inquiridos respondem que nunca se sentiram pobres, 14% quase sempre não se sentiram pobres, 33% quase sempre se sentiram pobres e 35% referem que no seu passado sempre se sentiram pobres. Em 2012, esta questão apresentava apenas três opções de resposta: sempre foi pobre (34%), já passou por situações de pobreza (50%) e nunca foi pobre (17%). As opções de resposta dos extremos da escala são diretamente comparáveis, pois as categorias são idênticas e constata-se que os valores percentuais são muito semelhantes para os dois anos. Contudo, com a introdução de duas opções de resposta intermédias, em 2014, foi possível, face a 2012, perceber para que extremo da escala as respostas dos inquiridos tendiam. Assim, em 2012 a opção de resposta intermédia acumulava cerca de metade das respostas, em 2014 conseguimos perceber que aqueles que escolhem os pontos intermédios se posicionam mais perto de um sentimento de persistência da pobreza. Desta forma, cerca de 68% dos inquiridos referiu ter se sentido sempre ou quase sempre pobre no passado.

Gráfico 36 - Frequências relativas do sentimento de persistência de pobreza subjetiva



Estabelecendo o cruzamento entre esta variável e a variável sobre o sentimento atual de pobreza ($\chi^2=372.422$, $p<0.001$), conclui-se que entre aqueles que mencionam que sempre foram pobres, 95% dos respondentes referem que ainda se sentem pobres, enquanto que entre aqueles que referem que nunca foram pobres, apenas 48% se sentem pobres. Com a introdução de novas categorias de resposta não é possível comparar diretamente os resultados das três edições. Assim, nos gráficos seguintes é possível observar as respostas obtidas em 2010 e 2012 (gráfico da esquerda) e as respostas obtidas em 2014 (gráfico da direita). No que diz respeito às opções “sempre” e “nunca”, as respostas, apesar de alguma variação percentual, mantêm-se semelhantes. Estes resultados são interessantes de interpretar à luz do que normalmente se designa por reprodução da pobreza, ou perpetuação da pobreza.

Gráfico 37 - Frequências relativas do sentimento de persistência de pobreza subjetiva por sentimento de pobreza subjetiva atual (2010 e 2012)

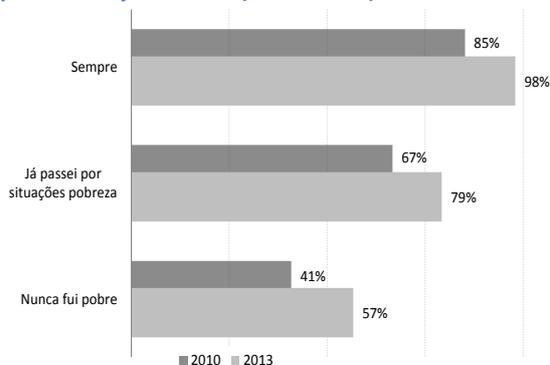
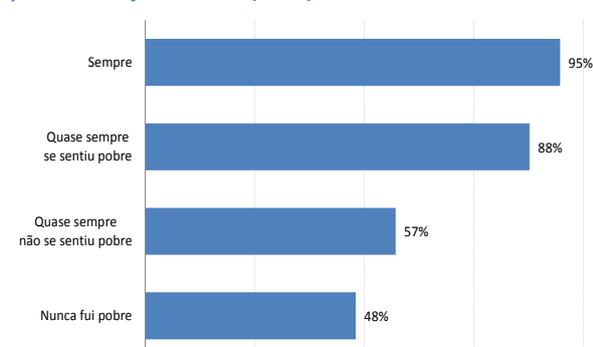
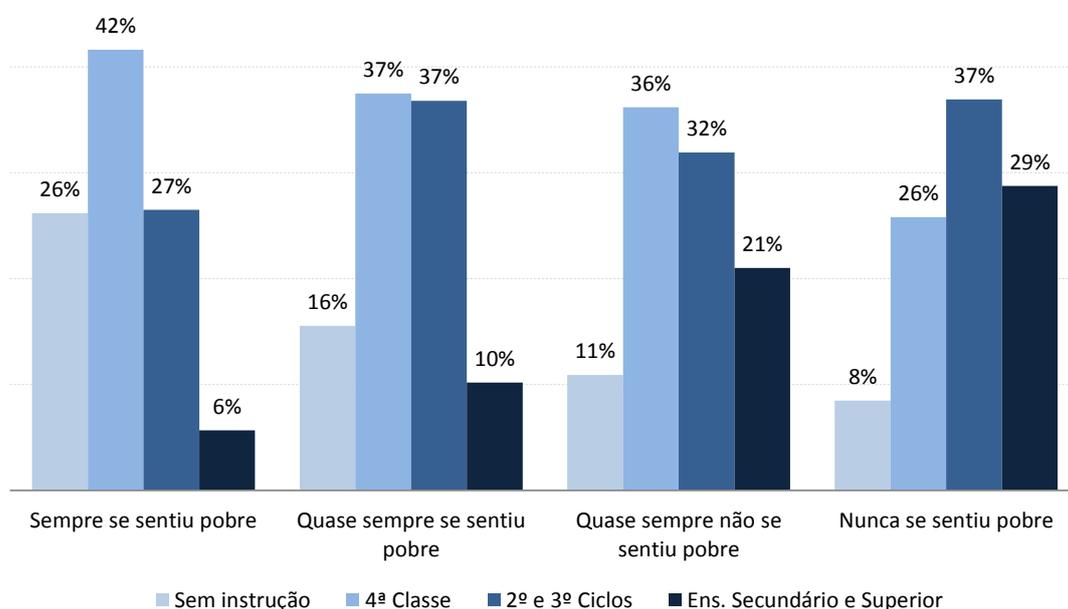


Gráfico 38 - Frequências relativas do sentimento de persistência de pobreza subjetiva por sentimento de pobreza subjetiva atual (2014)



Mais uma vez, em concordância com os resultados sobre a percepção de pobreza subjetiva atual, também os inquiridos com maiores qualificações são aqueles que menos se sentiram pobres no passado ($\chi^2= 171.164, p<0.001$): entre os sujeitos que referem que sempre se sentiram pobres apenas 6% têm o Ensino Secundário e Superior, já entre aqueles que dizem que nunca se sentiram pobres, este valor sobe para 29%. Inversamente, a percentagem de inquiridos com menor instrução diminui entre aqueles que dizem que sempre foram pobres e aqueles que nunca foram pobres: no total de respondentes que sempre se sentiram pobres 68% têm até à 4ª Classe; e no total de respondentes que nunca se sentiram pobres, cerca de 34% têm até à 4ª Classe. Apesar da introdução das novas categorias de resposta, estes resultados são semelhantes aos encontrados em 2012, verificando-se um padrão idêntico de respostas.

Gráfico 39 - Frequências relativas do sentimento de persistência de pobreza subjetiva por grau de escolaridade



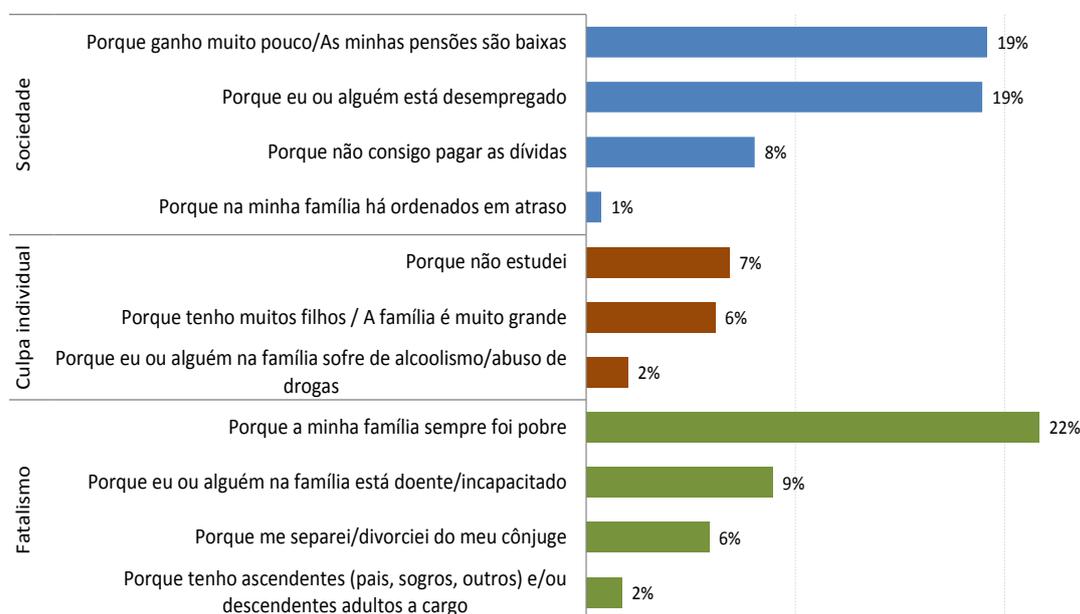
Percepções das Causas da Pobreza

O estudo da percepção das causas da pobreza torna-se importante de forma a perceber quem é que os indivíduos culpabilizam pela sua própria pobreza. Vários estudos¹⁶ apontam para a existência de três possíveis atribuições: Fatalista, Estruturalista e Individualista.

¹⁶ Sobre este assunto ver: Cozzarelli, C., Wilkinson, A.V. e Tagler, M.J. (2001). Attitudes toward the poor and attributions for poverty. *Journal of Social Issues*, 57(2), 207-227; Reutter, L. I., Veenstra, G., Stewart, M. J., Raphael, D., Love, R., Makwarimba, E. e McMurray, S. (2006). Public attributions for poverty in Canada. *Canadian Review of Sociology & Anthropology*, 43(1), 1–22.

Na perspetiva individualista, pode considerar-se, por exemplo, o comportamento indesejável dos pobres, incursão em vícios como as drogas e o álcool, preguiça, pouca força e empenho para ultrapassar os obstáculos; a perspetiva Estruturalista atribui como causa da pobreza a própria sociedade, considerando que os pobres estão numa posição desfavorável em relação ao resto das pessoas e por isso são vítimas da sociedade que não permite que prossigam nos estudos, que não lhes dá emprego ou que lhes atribui salários baixos, não são ajudados pelo governo ou pelos demais cidadãos ou são discriminados; a perspetiva fatalista atribui como causas da pobreza a má sorte ou o destino, como, por exemplo, o facto dos pobres sofrerem de alguma doença/incapacidade, terem sido vítimas de algum acidente que determinou o seu futuro ou simplesmente pelo facto de terem nascido numa família pobre.

Gráfico 40 - Frequências relativas das percepções das causas da pobreza



Os inquiridos foram questionados sobre a percepção da causa da sua própria pobreza¹⁷. Foram questionados sobre um conjunto de razões que analiticamente se poderão considerar dentro das categorias das atribuições apresentadas anteriormente: Sociedade, Culpa individual e Fatalismo. Os sujeitos podiam dar várias razões como causa da sua situação de pobreza e verificou-se que 47% de respostas foram dadas atribuindo à sua pobreza razões associadas à sociedade propriamente dita. As causas sociais correspondem à perspetiva mais referida pelos respondentes, que atribuem a sua pobreza a causas como o desemprego ou os baixos rendimentos. Este resultado vem de encontro à investigação feita neste domínio junto da população em geral.

¹⁷ A esta questão, apenas responderam os indivíduos que referiram sentir-se pobres.

De seguida, com 38% de respostas, surgem as causas fatalistas, isto é, a pobreza é atribuída ao destino, a causas como doenças ou acidentes na vida dos indivíduos que os penalizaram. Como vem sendo usual em estudos sobre esta temática, a atribuição da pobreza à culpa dos próprios indivíduos é aquela que geralmente é menos indicada, tendo-se verificado o mesmo neste estudo: apenas 15% das respostas dadas referiam-se a esta causa. Visto que a amostra deste estudo é proveniente de uma população social e economicamente mais desfavorecida, estes resultados são ainda mais expectáveis, já que a grande parte dos indivíduos que atribui as causas individualistas como origem da pobreza são indivíduos de meios socio-económicos mais favorecidos.

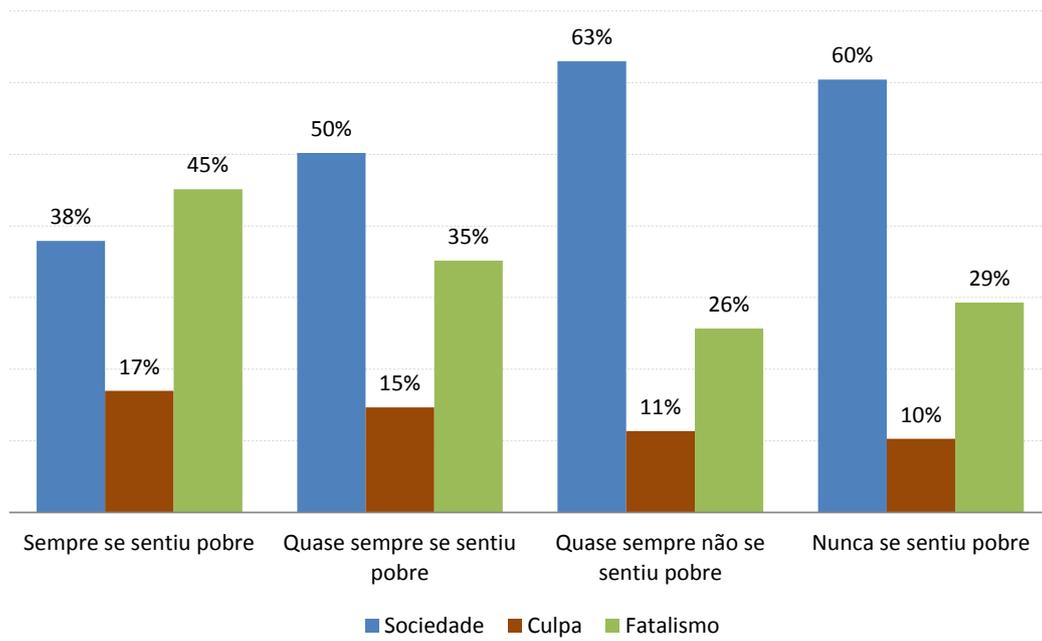
Em relação a 2012, em 2014 não se encontraram diferenças significativas nos resultados obtidos: a percentagem de respostas em cada categoria das atribuições é idêntica, assim como a ordem pela qual surgem (sociedade, fatalismo e culpa individual).

Tendo em conta que esta questão foi apenas colocada aos inquiridos que se sentiam pobres, consideramos pertinente perceber se existem diferenças nas causas atribuídas por aqueles que sempre se sentiram pobres, aqueles que passaram por situações semelhantes anteriormente ou aqueles que nunca se sentiram pobres.

Assim, conclui-se que aqueles que quase sempre não se sentiram pobres e nunca se sentiram pobres atribuem sobretudo à sociedade a culpa da sua pobreza atual, com 63% e 60%, respetivamente, das suas respostas neste sentido. Estes são os grupos que menos atribuem a si próprios as causas da sua pobreza (culpa). A culpa individual, apesar de ser a causa menos mencionada, é mais referida por aqueles que sempre ou quase sempre se sentiram pobres anteriormente, com 17% e 15% de respostas respetivamente. Interessante verificar que a percentagem de indivíduos que se culpabiliza pela sua pobreza é superior entre os que sempre foram pobres, em relação aos outros grupos. O grupo dos indivíduos que sempre se sentiram pobres atribui mais a sua pobreza ao destino (fatalismo), do que os outros três grupos e é o grupo que menos culpa a sociedade.

Novamente, os resultados obtidos são muito semelhantes aos encontrados em 2012.

Gráfico 41 - Frequências relativas das percepções das causas da pobreza por persistência da pobreza



Satisfação com a Vida

Na edição de 2014 foram introduzidas algumas questões que permitissem avaliar, de uma maneira mais geral, a forma como os indivíduos avaliam alguns aspetos das suas vidas. Estas questões permitirão, assim, caracterizar melhor esta população, complementando as análises efetuadas anteriormente e que estavam mais direcionadas para as questões da carência (de rendimentos, alimentar, relacional).

Considerando a população abrangida por este estudo - utentes de instituições de solidariedade social - mostrava-se pertinente avaliar a sua perceção acerca da disponibilidade das pessoas, em geral, para ajudar o próximo. Verificou-se que, em média, os inquiridos se situam numa posição intermédia, com um valor médio de 4.9, numa escala de 0 a 10¹⁸. Assim, não existe um posicionamento claro a este respeito, já que o valor obtido é muito próximo de 5 que é o valor médio da escala. Esta mesma questão obteve no European Social Survey (ESS)¹⁹ um valor médio de 3.8. Ou seja, a população inquirida no presente inquérito tende a achar que as pessoas tentam ajudar os outros mais do que a população portuguesa, no geral. Este resultado pode ser melhor entendido se tivermos em consideração que apenas participam neste estudo indivíduos (famílias) que efetivamente recebem ajuda de instituições.

Na mesma lógica de inquirição, foram colocadas duas questões relativas à vida dos inquiridos: o grau de satisfação com a vida em geral e o grau de felicidade sentido. Uma vez mais, as respostas rondaram, em média, o valor cinco de uma escala de 0 a 10²⁰: 4.5 para o grau de satisfação com a vida e 4.9 para o grau de felicidade sentido. Comparando estes resultados para os apurados no ESS de 2012, verifica-se que a população portuguesa, em geral, faz uma avaliação mais positiva quer da satisfação com a vida quer da sua felicidade: médias de 6.0 e 6.5, respetivamente.

¹⁸ O valor zero significava que as pessoas estão preocupadas com elas próprias; o valor 10 significava que as pessoas tentam ajudar os outros.

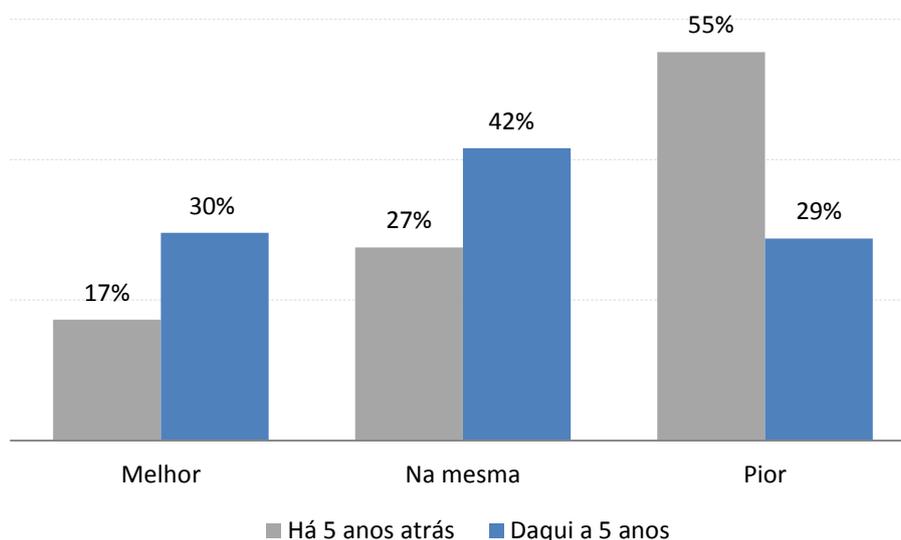
¹⁹ Dados recolhidos no European Social Survey, 6ª edição - 2012 (ed.2.1), para Portugal. Para mais informação consultar: <http://www.europeansocialsurvey.org/about/country/portugal/index.html>

²⁰ Na questão sobre a satisfação com a vida a escala variava entre 0 extremamente insatisfeito e 10 extremamente satisfeito; na questão sobre a felicidade sentida a escala variava entre 0 extremamente infeliz e 10 extremamente feliz.

A satisfação com a vida e a felicidade sentida encontram-se relacionadas com o rendimento disponível das famílias (*grau de satisfação: $r_s = 0.190$; $p < 0.001$; felicidade sentida: $r_s = 0.171$; $p < 0.001$): indivíduos com avaliações mais positivas (indivíduos que se sentem mais satisfeitos com as suas vidas e mais felizes) correspondem a indivíduos com maiores níveis de rendimento. A felicidade sentida também se relaciona com a idade e com o grau de escolaridade: são mais felizes os jovens e os mais escolarizados (*escalões etários: $r_s = -0.111$; $p < 0.001$; escolaridade: $r_s = 0.099$; $p < 0.001$).**

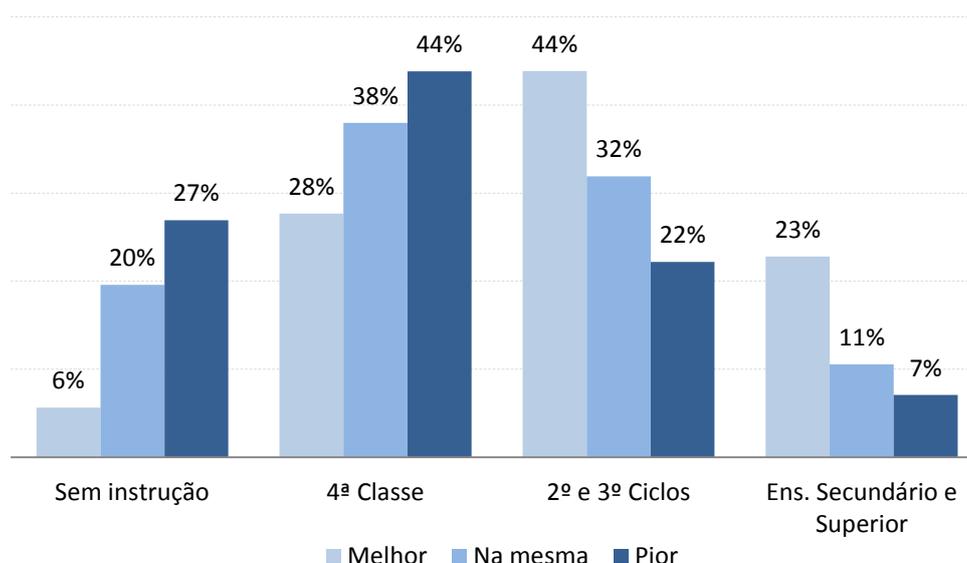
Por último, foram colocadas duas questões que pretendiam perceber qual a perceção dos inquiridos relativamente à sua vida de há cinco anos atrás e daqui a cinco anos. As respostas encontram-se no gráfico seguinte.

Gráfico 42 - Em relação ao que acontecia há 5 anos atrás, a sua vida hoje está:/ E como vê a sua vida daqui a 5 anos? Acha que estará:



Como é visível no gráfico, a maioria dos respondentes (55%) considera que a sua vida está pior do que estava há cinco anos atrás. Quando olham o futuro, a maioria (42%) considera que a sua vida estará igual e 30% que estará melhor. São os indivíduos mais escolarizados quem tem uma visão mais otimista sobre a sua vida daqui a cinco anos ($r_s = -0.309$; $p < 0.001$). Entre aqueles que dizem que a sua vida estará melhor daqui a cinco anos 67% têm uma escolaridade superior ao 2º ciclo; pelo contrário, entre aqueles que dizem que a sua vida estará pior, cerca de 71% situam-se nos dois níveis de escolaridade mais baixos (sem instrução e 4ª classe).

Gráfico 43 - E como vê a sua vida daqui a 5 anos? Acha que estará: por Escolaridade



Compreensivelmente, estas duas questões relacionam-se com as questões relativas ao grau de satisfação com a vida e a felicidade sentida. Assim, indivíduos com avaliações mais positivas no que concerne à satisfação com a vida e à felicidade correspondem a posições também mais positivas no balanço que fazem das suas vidas, quer a atual quando comparada com a de há cinco anos quer com aquela que perspetivam ter daqui a cinco anos²¹.

²¹ Em relação ao que acontecia há 5 anos atrás, a sua vida hoje está: e grau de satisfação com a vida em geral: $r_s = -0.294$; $p < 0.001$; Em relação ao que acontecia há 5 anos atrás, a sua vida hoje está: e grau de felicidade sentida: $r_s = -0.293$; $p < 0.001$; E como vê a sua vida daqui a 5 anos? Acha que estará: e grau de satisfação com a vida em geral: $r_s = -0.180$; $p < 0.001$; E como vê a sua vida daqui a 5 anos? Acha que estará: e grau de felicidade sentida: $r_s = -0.248$; $p < 0.001$ (a escala das questões relativas à avaliação da vida atual e futura encontra-se invertida, daí os sinais negativos das correlações).